



ATÉ A ÚLTIMA GOTA

Os impactos da exploração
de petróleo na Amazônia



ATÉ A ÚLTIMA GOTA

Os impactos
da exploração
de petróleo
na Amazônia

UMA ALIANÇA

INFOAMAZONIA 

GK

OJO PÚBLICO

RUTAS DEL
CONFLICTO

© INFOAMAZONIA, 2025 — LICENÇA CC BY-NC-ND 4.0

Você pode compartilhar e distribuir esta obra, desde que atribua corretamente a autoria, não faça uso comercial e não realize modificações no material original.

Organização **InfoAmazonia**

Direção **Juliana Mori e Stefano Wroblewski**

Coordenação **Flávia Milhorance**

Parceiros editoriais **GK, Ojo Público, Rutas del Conflicto**

Edição de reportagens **Carolina Dantas**

Projeto gráfico e capa **Marília Ferrari - LAB GN / Gênero e Número**

Cartografia **Carolina Passos**

Infografia **Victoria Sacagami - LAB GN / Gênero e Número**

Revisão **Flávia Milhorance e Juliana Mori**

Impressão **Digital Printz**

Este livro utiliza dados de mapas fornecidos por © **Mapbox** (mapbox.com/about/maps) e © **OpenStreetMap** (openstreetmap.org/copyright).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Até a última gota : os impactos da exploração de petróleo
na Amazônia / organização InfoAmazonia ; colaboração GK,
Ojo Público, Rutas del Conflicto.
— São Paulo : InfoAmazonia, 2025.

Vários autores.

ISBN 978-65-987476-0-2

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Energia 3. Recursos naturais -
Amazônia - Conservação 4. Reportagens - Coletâneas 5. Petróleo
6. Povos indígenas - Amazônia I. InfoAmazonia. II. GK. III. Ojo Público.
IV. Rutas del Conflicto.

25-276410

CDD-070.43

Índice para catálogo sistemático 1. Reportagens : Jornalismo 070.43
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

REALIZAÇÃO **INFOAMAZONIA** 

PARCERIA 

APOIO



ATÉ A ÚLTIMA GOTA

Os impactos
da exploração
de petróleo
na Amazônia

UMA ALIANÇA

INFOAMAZONIA  **GK** **OJO PÚBLICO** **RUTAS DEL CONFLICTO**

7	APRESENTAÇÃO
8	PREFÁCIO
12	INTRODUÇÃO AMAZÔNIA DESPONTA COMO NOVA FRONTEIRA GLOBAL DO PETRÓLEO
28	BRASIL PETROLEIRAS CRIAM ‘CORTINA DE FUMAÇA’ PARA VIABILIZAR EXPLORAÇÃO NA COSTA AMAZÔNICA DO BRASIL
46	GUIANA EXXONMOBIL CONSOLIDA ‘PETROESTADO’ EM MEIO A DENÚNCIAS AMBIENTAIS NA GUIANA
66	COLÔMBIA INDÍGENAS DA AMAZÔNIA COLOMBIANA DENUNCIAM POLUIÇÃO POR PETRÓLEO E AMEAÇAS DE GUERRILHAS
82	PERU PETRÓLEO GERA ROYALTIES, MAS NÃO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA PERUANA
96	EQUADOR PETROLEIRAS APROVEITAM DISPUTAS ENTRE INDÍGENAS E OCUPAM PAPEL DE ESTADO ENQUANTO EXPLORAM TERRITÓRIOS NO EQUADOR
116	CADERNO DE FOTOS
143	AGRADECIMENTOS



APRESENTAÇÃO

ESTE LIVRO reúne a série de reportagens do projeto especial Até a Última Gota, uma investigação transfronteiriça e multidisciplinar que, ao longo de quase um ano, percorreu a Amazônia para entender os impactos — passados, presentes e futuros — da exploração de petróleo no maior bioma tropical do planeta.

Combinando o trabalho de jornalistas, fotógrafos, analista de dados, designers e cientistas, o projeto investigou extensas bases de dados sobre toda a região, examinou documentos inéditos de governos e empresas, realizou dezenas de entrevistas e reportagens de campo em cinco países que concentram mais de 80% da floresta tropical: Brasil, Colômbia, Equador, Guiana e Peru.

Por décadas, comunidades amazônicas conviveram com promessas de desenvolvimento econômico impulsionado pelo petróleo. No entanto, o que muitos vivenciaram foram vazamentos de óleo, desmatamento, deslocamentos forçados, divisões internas e o aprofundamento de desigualdades sociais.

Nesta série especial em seis capítulos, coordenada por Info-Amazonia e produzida em parceria com outros veículos de países amazônicos – GK (Equador), Ojo Público (Peru) e Rutas del Conflicto (Colômbia) – investigamos como a expansão da atividade petrolífera transforma ecossistemas, impacta populações indígenas e altera dinâmicas políticas e econômicas em escala transnacional. As reportagens foram publicadas originalmente no formato digital, ao longo do mês de abril de 2025.

Nosso ponto de partida dessa investigação foi a recente pressão do governo brasileiro para explorar petróleo na foz do rio Amazonas — mesmo após sucessivas negativas dos órgãos ambientais e alertas da comunidade científica. O tema se torna ainda mais relevante no momento em que o Brasil se prepara para sediar a COP30 em Belém, no Pará, suscitando debates fundamentais sobre os limites entre conservação e exploração em uma das regiões mais estratégicas para o futuro do planeta.

Automóveis desembarcam no porto de Georgetown. A cada seis meses, 20 mil novos carros importados chegam na Guiana.

PETRÓLEO NA AMAZÔNIA: INFORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE EM TEMPOS CRÍTICOS

A AMAZÔNIA, que conecta nove nações sul-americanas, é muito mais do que uma mera região geográfica. O bioma amazônico, em sua essência, pulsa com a força de ecossistemas singulares, essenciais para a regulação do clima, para a vida de milhões de pessoas e para a preservação de culturas ancestrais profundamente conectadas a essa terra. A gestão desse território, por sua vez, exige um olhar que reconheça sua complexa natureza transfronteiriça, suas intrincadas implicações políticas e a riqueza de seus ecossistemas, culturas e dinâmicas socioeconômicas.

Nesse contexto, a informação assume um papel central. Informações estratégicas, oportunas e acessíveis sobre o que acontece na Amazônia são cruciais para empoderar a sociedade como um todo. A informação é um bem público fundamental para o bom funcionamento de sistemas democráticos, indispensável para a tomada de decisões conscientes, para a participação ativa e para a mobilização cidadã. É através do estímulo à produção de informações claras, relevantes e acessíveis que criamos as condições favoráveis para o florescimento de processos colaborativos, visando gerar impacto positivo e mudanças sistêmicas duradouras.

Este livro é resultado de um trabalho cuidadoso, com informações cruciais sobre cinco países da Amazônia e dados estratégicos

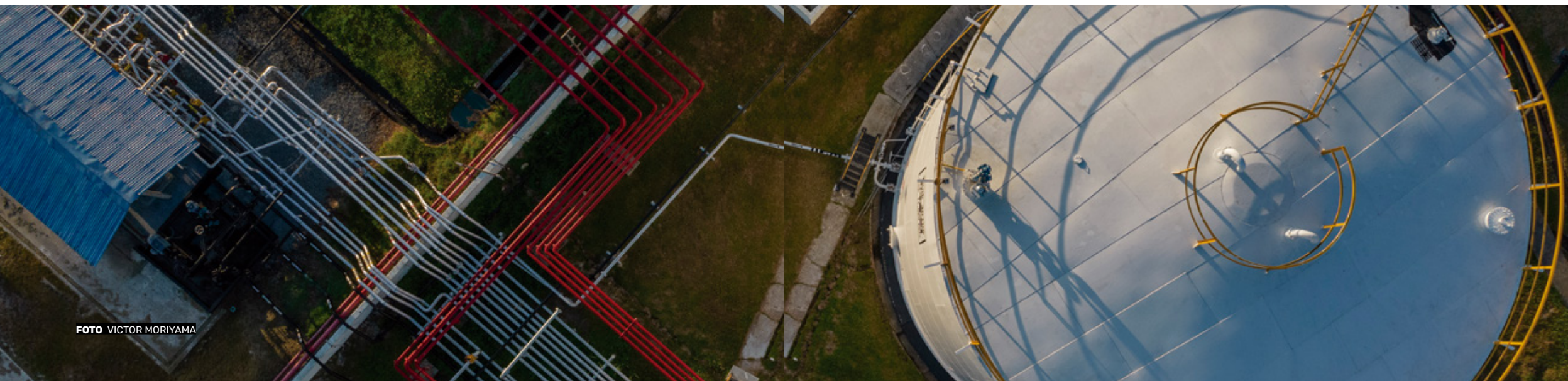
coletados ao longo dos anos. O valor das reportagens aqui reunidas é essencial tanto para compreender os desafios que a exploração de petróleo traz à região como para pensar colaborativamente nas respostas e ações necessárias para resolver esses desafios.

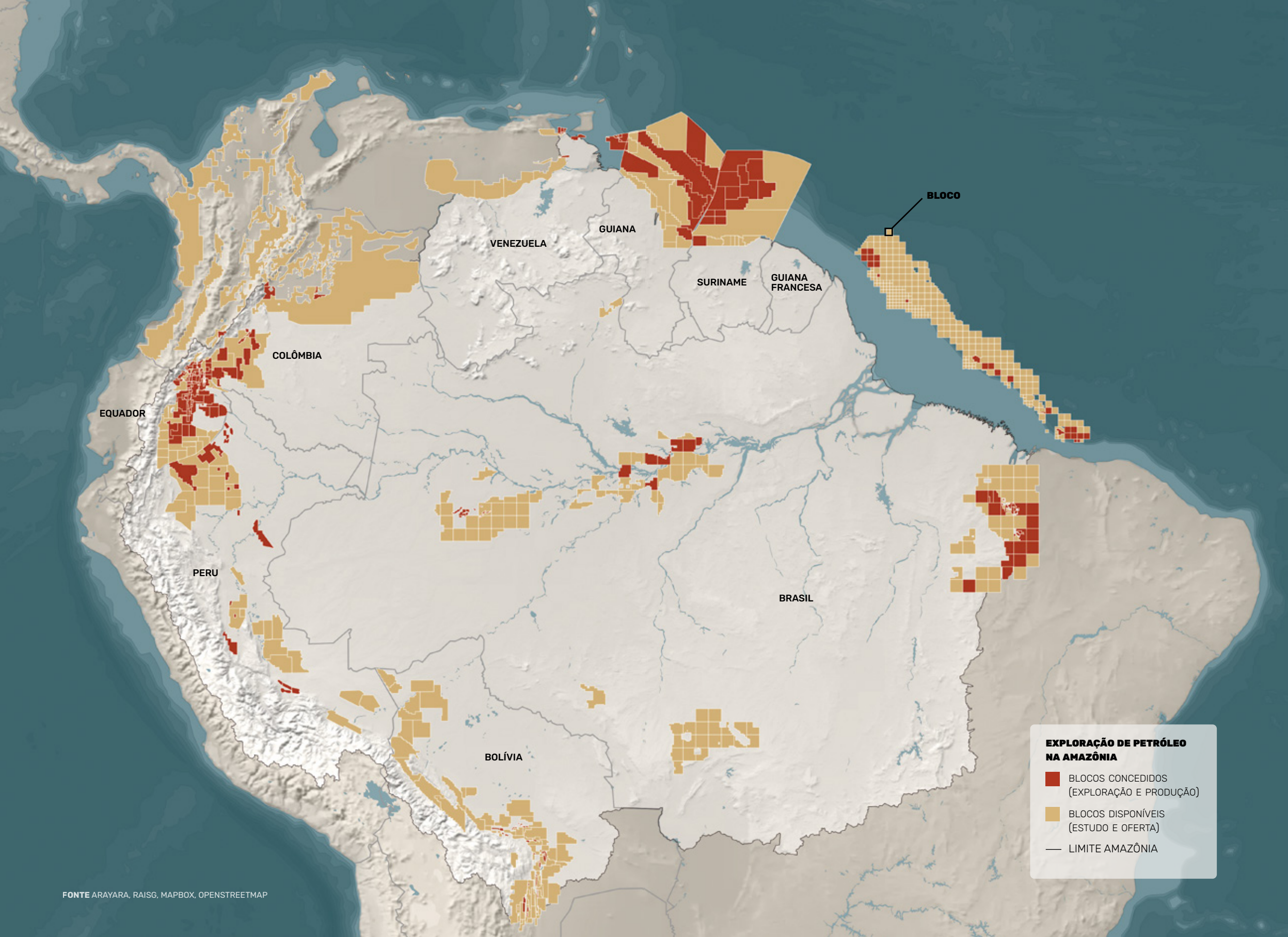
Esta publicação também chega em um momento chave, em que a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas volta a ser debatida pelo governo brasileiro, enquanto um recente e gravíssimo vazamento no Equador expõe a fragilidade das comunidades locais e a insuficiente resposta das autoridades competentes. Em uma região já tão pressionada pela exploração de madeira, gado, soja e minérios, o petróleo surge como uma tentadora oportunidade econômica para os governos, que muitas vezes minimizam os riscos de desastres e as consequências para as populações e o meio ambiente.

Que este trabalho, disponibilizado também pelos canais digitais da InfoAmazonia, sirva como um farol para a tomada de decisões conscientes e responsáveis, impulsionando a conservação deste bioma que, sem dúvida, representa uma das principais contribuições da América Latina para o mundo em tempos de emergência climática. Que a leitura deste livro, num futuro próximo, soe mais como uma história distópica felizmente superada pela humanidade do que como um oráculo que antecipou uma tragédia. Boa leitura!

JULIANA STROBEL

DIRETORA DE AÇÃO CLIMÁTICA NA FUNDACIÓN AVINA





**EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO
NA AMAZÔNIA**

- BLOCOS CONCEDIDOS
(EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO)
- BLOCOS DISPONÍVEIS
(ESTUDO E OFERTA)
- LIMITE AMAZÔNIA



Navio petroleiro Anrietta
descarrega produtos
derivados de petróleo em
Georgetown, Guiana.



AMAZÔNIA DESPONTA COMO NOVA FRONTEIRA GLOBAL DO PETRÓLEO

Em cinco décadas, a exploração petrolífera no bioma desmatou florestas, contaminou águas, despejou gases na atmosfera, invadiu territórios indígenas e aprofundou desigualdades. Agora, uma nova onda exploratória ameaça repetir essa história.

POR FLÁVIA MILHORANCE E RENATA HIROTA
COM CONTRIBUIÇÕES DE FÁBIO BISPO, ISABELA PONCE,
EMILIA PAZ Y MIÑO, PILAR PUENTES E ARAMÍS CASTRO

FOTO POR VICTOR MORIYAMA

A **AMAZÔNIA** concentra parte significativa das descobertas recentes de petróleo e gás natural no mundo, consolidando-se como uma nova fronteira global para a indústria fóssil.

Quase um quinto das reservas mundiais encontradas entre 2022 e 2024 está na região, sobretudo na costa do extremo norte da América do Sul, entre Guiana e Suriname. Essa riqueza tem atraído crescente interesse internacional, tanto de empresas do setor petrolífero quanto de países vizinhos como o Brasil, que busca explorar sua própria margem.

No total, a região amazônica reúne cerca de 5,3 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) dos cerca de 25 bilhões descobertos globalmente no período, segundo nossa análise com dados do Monitor de Energia Global, que rastreia a infraestrutura energética mundial.

“A Amazônia e os blocos *offshore* adjacentes representam uma grande parcela das recentes descobertas de petróleo e gás no mundo”, afirmou Gregor Clark, coordenador do Portal Energético para a América Latina, vinculado ao Monitor de Energia Global. Segundo ele, esse avanço “é incompatível com as metas internacionais de redução de emissões e traz consequências ambientais e sociais significativas, tanto em escala global quanto local”.

A Amazônia também concentra uma grande proporção de áreas petrolíferas subexploradas da América do Sul. São 794 blocos oficialmente delimitados para a exploração de petróleo e gás natural, mas sem garantia da existência desses recursos. Quase 70% deles estão em fase de estudo ou disponíveis para oferta ao mercado — ou seja, ainda improdutivos.

Em contraste, 60% dos cerca de 3.800 blocos sul-americanos fora do bioma já foram concedidos a empresas para a exploração e extração de petróleo e gás, o que reforça a Amazônia como uma fronteira promissora para a expansão da indústria fóssil. A análise foi feita com base em dados compilados até julho de 2024 pelo Instituto Internacional Arayara, que monitora atividades petrolíferas na região. Dos países amazônicos, a Guiana Francesa é a exceção: ali, a concessão de blocos é proibida desde 2017.

Enquanto isto, a nova onda exploratória que se desenha coloca em risco um bioma essencial para o equilíbrio climático global e as populações que nele vivem, justamente quando o mundo intensifica os debates sobre a redução da dependência de combustíveis fósseis.

“Não adianta falar em desenvolvimento sustentável se a gente



RESERVAS MUNDIAIS ENCONTRADAS ENTRE 2022 E 2024

Amazônia concentra quase 1/5 das descobertas recentes de petróleo e gás

POR REGIÃO

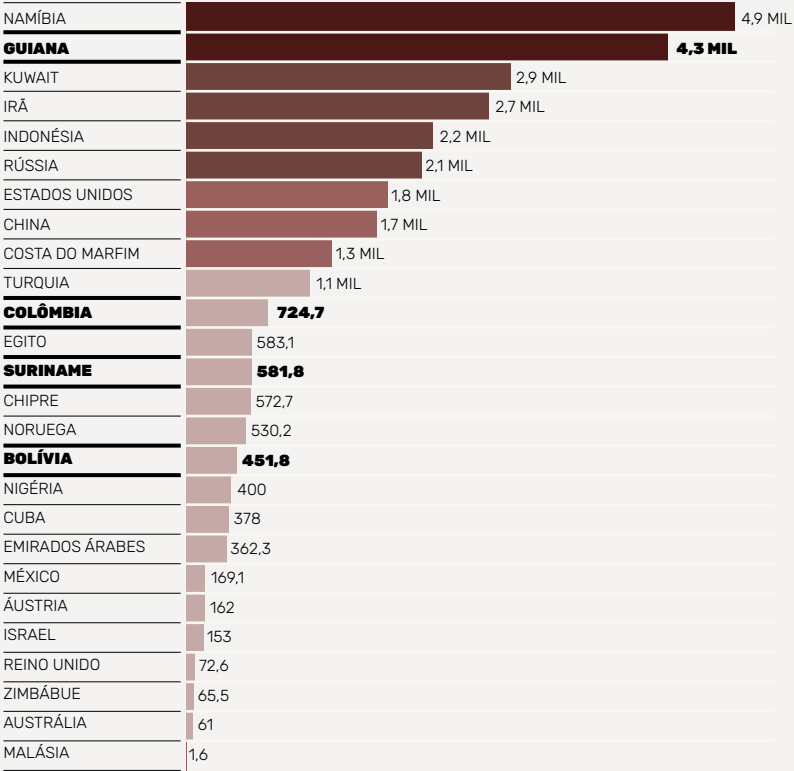


MÉDIA DAS RESERVAS

0	1.271	1.806	3.934	4.593	5.291	7.347
---	-------	-------	-------	-------	-------	-------

MILHÕES BOE

POR PAÍS [MILHÕES BOE]



FONTE MONITOR GLOBAL DE ENERGIA, MAPBOX, OPENSTREETMAP

segue explorando petróleo”, disse o líder indígena da Guiana, Mario Hastings. “Precisamos de uma mudança real, que inclua as comunidades indígenas e respeite nossos direitos”.

Abundante em recursos naturais, a Amazônia raramente colhe os frutos da exploração. Pelo contrário: enquanto metade do óleo sul-americano é destinado a economias estrangeiras e seus *royalties* geram mais desigualdades que progresso local, permanecem na região o desmatamento e as águas contaminadas por suas operações.

Enquanto as petroleiras traçam planos para extrair até a última gota de óleo da floresta tropical e de sua costa, suas operações avançam sobre reservas naturais. Segundo nossa análise, 81 blocos já concedidos na Amazônia se sobrepõem a 441 terras ancestrais, enquanto outros 38 impactam 61 unidades de conservação. Entre os blocos em fase de estudo ou disponíveis para oferta, 114 estão em terras indígenas e 58 em áreas naturais protegidas.

Esse movimento expansionista – que mantém o modelo extrativista predominante desde a colonização europeia das Américas – se vale de acordos desfavoráveis às populações locais, provoca conflitos internos nas comunidades impactadas e atrai grupos armados para áreas ricas em recursos naturais que carecem de serviços públicos e presença estatal.

COSTA AMAZÔNICA: A NOVA CORRIDA DO PETRÓLEO

A GUIANA, pequena e até então discreta nação sul-americana, tornou-se o epicentro das recentes descobertas globais de petróleo, emergindo como a “nova Dubai” do óleo – expressão usada principalmente pelos estrangeiros de empresas recém-estabelecidas no país.

O petróleo levou sua população a testemunhar um *boom* econômico, mas também a enfrentar desafios como a alta da inflação e o agravamento da desigualdade social. Ao mesmo tempo, as operações da cadeia petrolífera ameaçam os impressionantes 90% de território guianense ainda cobertos pela Amazônia.

“O mundo está caminhando para um futuro sem combustíveis fósseis, mas a Guiana está se abrindo para o petróleo e o gás”, disse a ambientalista guianense Sherlina Nagger. “Nossos líderes estão do lado errado da história”.

Além da Guiana, as recentes e também volumosas descobertas no vizinho Suriname reacenderam o interesse pela margem equatorial, faixa costeira de milhares de quilômetros próxima à linha do Equador, predominantemente tomada pelo bioma amazônico.

Na região, a Venezuela renovou seu interesse em anexar Essequibo, território guianense disputado pelos impérios espanhol e britânico no século 19, que voltou ao centro de tensões devido ao seu potencial petrolífero.

Já o Brasil, que abriga a maior extensão dessa área estratégica, enfrenta empecilhos para explorá-la: com perfurações malsucedidas desde a década de 1970 até, mais recentemente, negativas à estatal Petrobras para conduzir pesquisas no bloco 59. Ele está localizado na Foz do Amazonas, trecho do bioma onde o rio Amazonas deságua no oceano Atlântico.

Em maio de 2023, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou o pedido da Petrobras para explorar o bloco. O parecer, assinado por 26 analistas e reiterado outras duas vezes – a mais recente em fevereiro de 2025 – apontou falhas nos planos de emergência da estatal, trazendo riscos a ecossistemas amazônicos sensíveis. A região abriga a maior área contínua de manguezais do mundo e um extenso sistema de recifes recentemente descrito, com alto valor científico e ecológico.

Pesquisadores reforçam o alerta sobre as graves ameaças climáticas associadas à atividade na região. “Abrir novas áreas para exploração de petróleo na Amazônia vai contra as recomendações do Acordo de Paris para limitar o aquecimento global”, criticou Philip Fearnside, cientista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. “Além disso, os riscos de vazamentos de petróleo nesta região seriam catastróficos”.

Apesar dos riscos, o interesse da Petrobras em explorar a margem equatorial não arrefeceu. Com a polêmica ganhando destaque no início de 2024, o então presidente da estatal, Jean Paul Prates, afirmou que a companhia iria extrair “até a última gota de petróleo” do país.

Após divergências com o governo brasileiro, Prates foi substituído em maio de 2024 por Magda Chambriard, que atuou por cinco anos como diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo. Ao assumir o cargo, ela mostrou que a estatal seguia determinada a avançar com o plano estratégico. “A gente não pode desistir da margem equatorial”, disse.

Ecoando a posição de Chambriard, as principais autoridades do governo brasileiro têm manifestado apoio à extração. Fernando Haddad, ministro da Fazenda, prega “toda a cautela” para garantir uma exploração segura, enquanto Alexandre Silveira, de Minas e Energia, sugeriu que a Guiana está “chupando de canudinho” o óleo da região diante da inação do Brasil.

Apesar das diferenças no tom entre as autoridades, a defesa pela exploração da área converge em um argumento familiar: desenvolver a economia local por meio de *royalties* e da geração de empregos. No fim das contas, a operação já é tratada como certa.

“Nós vamos explorar a margem equatorial, não tem porque [não explorar]”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma entrevista em junho de 2024.

Sob pressão política, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, tem reafirmado que a decisão do Ibama — vinculado à sua pasta — é “técnica”. Ela destaca ainda a importância de seguir os procedimentos estabelecidos pelo órgão para evitar danos ambientais “irreparáveis” à região.

A margem equatorial brasileira já está completamente delimitada por blocos petrolíferos, embora a maioria ainda não tenha sido concedida, segundo nossa análise. Além disso, 92% dos blocos *offshore* da Amazônia permanecem em estudo ou disponíveis para oferta.

O petróleo da América Latina está fortemente voltado para o mercado externo, segundo dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Pelo menos metade da produção é exportada, principalmente para os Estados Unidos e a China, e a projeção é de um progressivo aumento nas exportações nas próximas décadas.

Os dados da OPEP não trazem o recorte da região amazônica. Mas o fato de abrigar várias reservas disponíveis para licitação sugere que o bioma também pode ter um papel crescente na oferta internacional de petróleo.

EQUADOR E PERU: LEGADO DE EXPLORAÇÃO – E DANOS

SE A EXPLORAÇÃO petrolífera dá seus primeiros passos na margem equatorial, países como Equador, Peru e Colômbia já somam décadas de extração na Amazônia. Ao mesmo tempo que contribuiu para impulsionar suas economias, a atividade aprofundou os danos ao bioma.

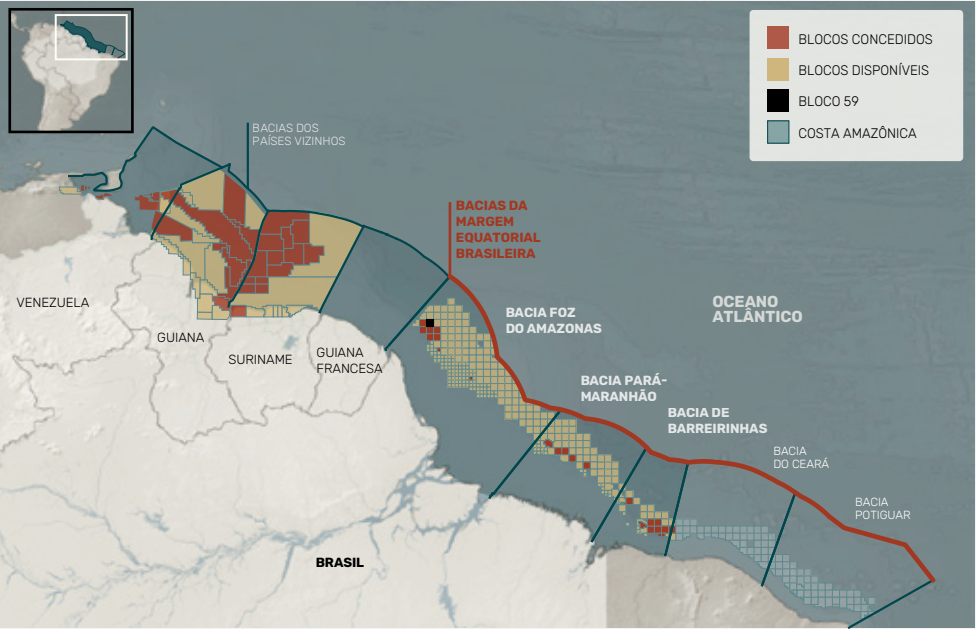
No Equador, o setor do petróleo responde por mais de 7% do PIB, embora tenha provocado uma média de dois vazamentos por semana nos últimos anos no país. Entre 1º de janeiro de 2020 e 30 de abril de 2022, foram 630 vazamentos, 97% deles provocados por suas estatais.

Acidentes se repetem desde a década de 1970, quando a norte-americana Texaco (hoje Chevron) abriu a primeira grande fronteira de exploração na Amazônia equatoriana. Na época, a petroleira provocou graves vazamentos e descartou resíduos tóxicos de forma inadequada, contaminando rios e solos e impactando comunidades. Esse caso tornou-se um dos mais emblemáticos de prejuízos ambientais associados à indústria petrolífera no mundo.

Apesar de sustentar que remediou os danos, a Texaco até hoje é contestada na Justiça por grupos indígenas. Quando a concessão da americana expirou, na década de 1990, a estatal Petroecuador assumiu suas operações, ampliando a produção e perpetuando os impactos.

Hoje, a Petroecuador é a principal responsável pelo desenvolvimento de áreas petrolíferas na Amazônia equatoriana. Nossa análise

BLOCOS DE PETRÓLEO NA COSTA AMAZÔNICA



FONTE ANP, ARAYARA, RAISG, MAPBOX, OPENSTREETMAP

mostra que a estatal administra 22 blocos, o maior número dentro do Equador e o segundo maior entre os países amazônicos, atrás apenas da brasileira de gás natural Eneva.

Entre as operações da Petroecuador, está o controverso Bloco 43 no Parque Nacional Yasuní, que protege uma das regiões mais biodiversas do mundo e povos indígenas isolados. Em 2023, um referendo histórico determinou o fim da exploração petrolífera no Yasuní. O governo teve um ano para encerrar as atividades, mas quase não avançou nesse período, limitando-se a criar uma comissão para acompanhar as ações listadas na consulta popular.

“Estão violando o mais importante que qualquer sistema democrático possui: a vontade dos cidadãos nas urnas”, criticou Alex Rivas Toledo, antropólogo e autor de um livro sobre os povos isolados do Yasuní.

A extração petrolífera no Yasuní não é exceção, e sim uma tendência preocupante no país. Ao todo, 21 blocos foram concedidos dentro de unidades de conservação da Amazônia equatoriana, somando mais de 7.000 km² de sobreposição – a maior área entre os países analisados.

Das 15 nacionalidades indígenas do Equador, 11 estão localizadas na Amazônia, onde seus territórios também conflitam com a exploração petrolífera. Blocos concedidos no país afetam 207 territórios indígenas, novamente o maior número entre os países analisados, com uma sobreposição de quase 21.000 km² na Amazônia.

O Peru ocupa a segunda posição do ranking, com quase 14.000 km² de área de blocos petrolíferos sobrepostos a 143 terras indígenas. Essa realidade afeta principalmente as etnias Kichwa, Waorani e Achuar, que habitam ambos os países.

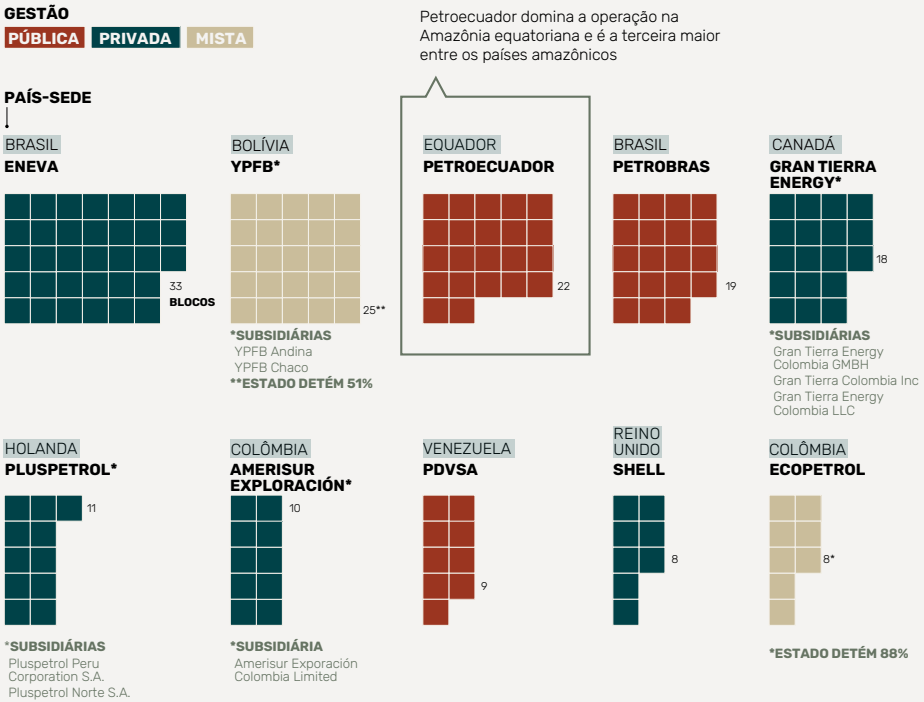
Os Achuar também habitam o estado de Loreto, um dos maiores produtores de petróleo e gás do Peru. Embora essa região tenha a maior arrecadação de *royalties* de petróleo do país, suas populações, incluindo as indígenas, enfrentam a pobreza e a falta de serviços básicos.

A população de Loreto lida com os impactos da exploração petrolífera desde a década de 1970, quando a primeira grande fronteira de petróleo foi aberta na Amazônia peruana. No caso dos Achuar, suas terras se sobrepõem aos blocos 8 e 192, que estão entre os mais antigos e que lideram o ranking de multas ambientais da região, conforme nossa análise com dados do órgão peruano de Avaliação e Fiscalização Ambiental (Oefa).



AS 10 PETROLEIRAS COM MAIS BLOCOS CONCEDIDOS NA AMAZÔNIA

Número de blocos em produção e exploração por empresa



FONTE DADOS DO INSTITUTO INTERNACIONAL ARAYARA, COM ANÁLISE DA INFOAMAZONIA.

Nos últimos 13 anos, o bloco 8 acumulou 88 multas relacionadas à exploração de petróleo — o maior número de infrações na Amazônia peruana. Em seguida aparece o bloco 192, que abriga a maior reserva petrolífera do país, com 35 multas. Ambos estão paralisados.

Esses dois blocos também lideram o ranking de vazamentos de óleo. Segundo levantamento da organização Oxfam, em duas décadas foram registrados 189 despejos no bloco 8 e 155 no bloco 192.

Ao contrário de países como o Brasil, Equador e Peru permitem atividades petrolíferas em territórios indígenas, desde que haja consulta prévia às comunidades afetadas. Na prática, porém, esse processo é frequentemente desrespeitado — quando não totalmente ignorado.

“O negócio petrolífero parece ser lucrativo apenas se, no cálculo das empresas, o meio ambiente ou a própria vida das comunidades forem descartados”, criticou David Díaz Ávalos, assessor da organização Povos Indígenas Amazônicos Unidos em Defesa de seus Territórios.

QUEIMA DE GÁS AFETA AMAZÔNIDAS

A QUEIMA DE GÁS natural (ou *gas flaring*) associada à atividade petrolífera também é alarmante na Amazônia. Visíveis a quilômetros de distância, chamas intensas ardem no topo de torres metálicas, liberando o gás excedente na atmosfera. Esse processo gera emissões de CO₂ e metano, gás com potencial de aquecimento mais de 20 vezes superior ao do CO₂.

Apesar dos danos do *gas flaring* sobre o clima e à saúde humana, sua prática continua autorizada em vários países. Ela é particularmente comum em regiões remotas, como a Amazônia, onde a falta de infraestrutura dificulta a captura e o processamento do gás.

Em 2023, o Equador queimou 1,6 bilhão de metros cúbicos de gás em operações petrolíferas na Amazônia — mais do que o triplo de todo o consumo anual de gás natural no país. Esse volume corresponde a 82% de toda a queima de gás registrada no bioma naquele ano, segundo nossa análise com dados de satélite da plataforma SkyTruth.

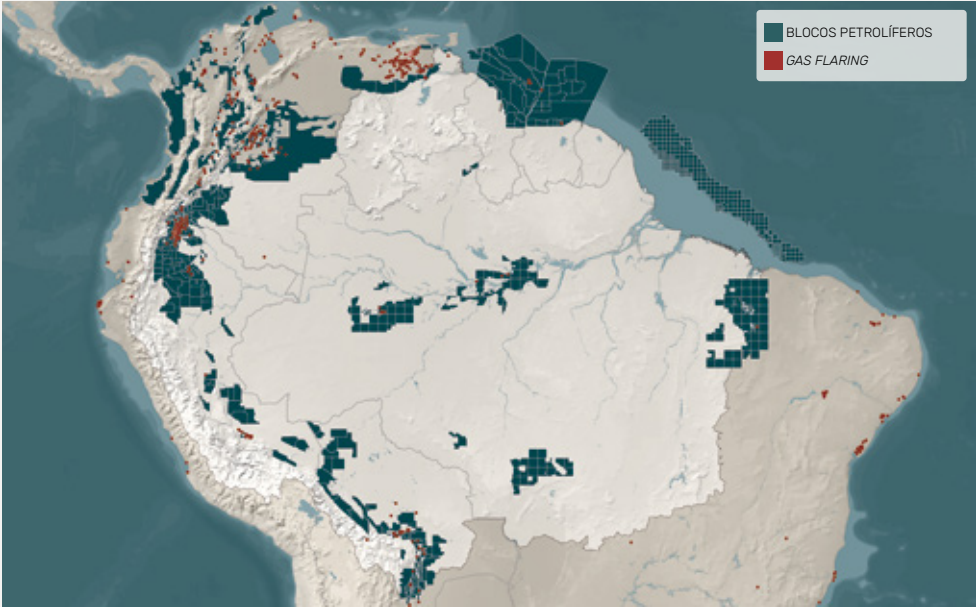
Entre 2012 e 2023, a atividade na Amazônia despejou 17,6 bilhões de metros cúbicos de gás na atmosfera. O Equador manteve a liderança com folga, concentrando 75% desse volume — o equivalente a 34 milhões de toneladas de CO₂ emitidos.

Internamente, o Equador tenta reagir. Em 2021, uma Corte regional determinou ao governo eliminar parte dos *mecheros* — torres de queima de gás — próximos a povoados das províncias amazônicas. No entanto, a decisão ainda não foi totalmente cumprida.

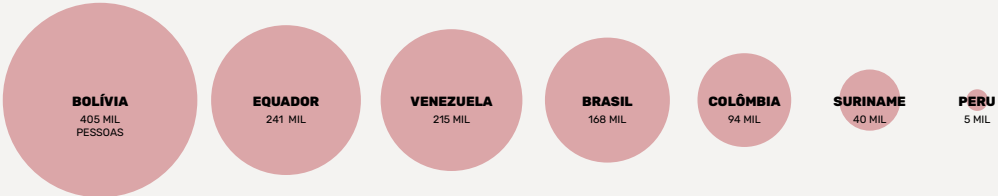
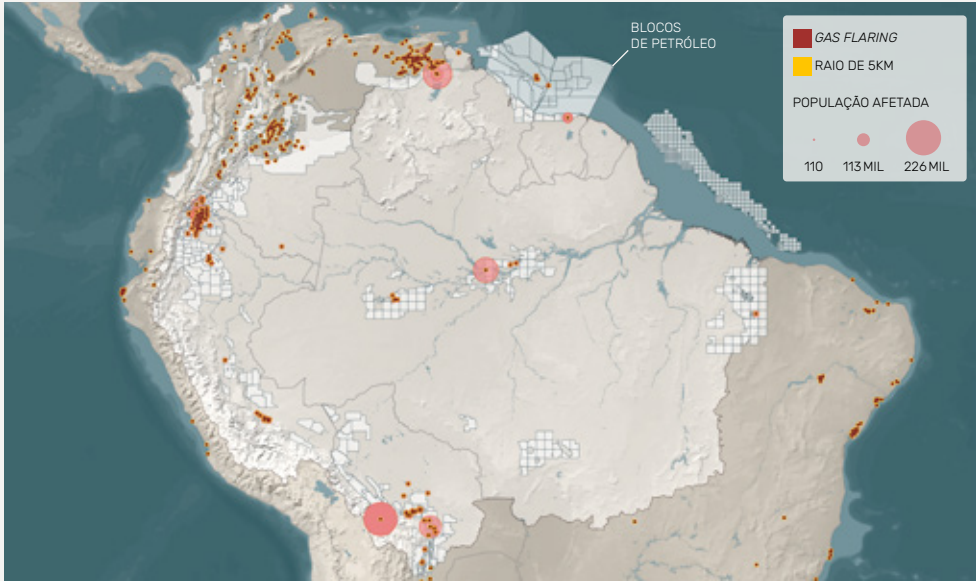
“Crescemos ao lado de *mecheros* petrolíferos que, por mais de meio século, trouxeram morte, destruição e pobreza para nossa Amazônia”, disseram, em um manifesto, um grupo de jovens mulheres amazônicas que, junto a uma organização de vítimas da antiga Texaco, movem uma ação judicial pelo fim da queima de gás no Equador.

Na Amazônia, a queima de gás afeta cerca de 1,2 milhão de pessoas que vivem em um raio de até cinco quilômetros dos *mecheros* – com situações mais graves na Bolívia, no Equador e na Venezuela. O dado é resultado da nossa análise baseada em estimativas populacionais da Kontur, empresa de mapeamento geoespacial, e em um estudo da Clean Air Task Force, de 2023, que adotou esse mesmo raio para avaliar os riscos à saúde das populações expostas.

QUEIMA DE GÁS EXCEDENTE DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA



CERCA DE 1,2 MILHÃO DE PESSOAS EXPOSTAS AO FLARING



FONTE SKYTRUTH, KONTUR, ARAYARA, MAPBOX, OPENSTREETMAP, COM ANÁLISE DA INFOAMAZONIA.



COLÔMBIA: TRANSIÇÃO ENFRENTA OBSTÁCULOS

DESDE QUE ASSUMIU o cargo em 2022, o presidente Gustavo Petro tem buscado posicionar a Colômbia na contramão de outros países amazônicos, com propostas ambientalmente ambiciosas: a proibição de novas explorações de petróleo e gás, o fim do fraturamento hidráulico — técnica que injeta fluidos em alta pressão no solo para extrair combustíveis fósseis com alto impacto ambiental — e a suspensão de projetos *offshore*.

No entanto, Petro esbarra nos 381 contratos de petróleo e gás vigentes e na insistência do setor em buscar novas reservas, sob o argumento de que o país teria menos de uma década de petróleo para atender à demanda interna. Com isso, as pesquisas avançam: entre 2022 e 2024, a Colômbia figurou entre os 15 países com maior volume de reservas descobertas no mundo, segundo o Monitor de Energia Global.

As operadoras que detêm mais blocos na Amazônia colombiana são a Gran Tierra Colombia (subsidiária da canadense de mesmo nome), a Amerisur Exploración Colombia (subsidiária da chilena Geopark, também conhecida como Nueva Amerisur) e a estatal Ecopetrol. Essas empresas também figuram entre as que mais acumulam processos por denúncias ambientais na região, principalmente devido à contaminação da água e do solo por vazamentos, segundo dados do Ministério da Defesa sobre penalidades aplicadas no país.

Elas também somam episódios de desrespeito a populações locais. Nos últimos anos, o povo Awá vem cobrando na Justiça que a Ecopetrol repare os danos causados por uma série de vazamentos em seu território. Em 2022, a Gran Tierra Energy enfrentou críticas por violações dos direitos do povo Inga relacionados a um projeto petrolífero. No mesmo ano, a Nueva Amerisur virou alvo de uma ação internacional por seus impactos ao povo Siona.

Segundo nossa análise, 79 terras indígenas e 30 unidades de conservação se sobrepõem a blocos petrolíferos concedidos na Amazônia colombiana, totalizando cerca de 2.600 km² de áreas protegidas impactadas.

A situação se agrava com a presença de guerrilhas. O Acordo de Paz de 2016 buscou encerrar décadas de conflito das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) com o Estado, mas desencadeou disputas pelo controle de áreas ricas em recursos naturais.

Uma comissão da verdade, criada após o acordo de paz, revelou que algumas petroleiras se valeram do conflito para contratar segurança de grupos paramilitares e puderam contar com a proteção estatal. Enquanto isso, comunidades locais enfrentavam, simultaneamente, a violência armada e a exploração petrolífera desenfreada em seus territórios.

Relatórios da comissão da verdade e investigações jornalísticas apontaram que ataques a oleodutos e o roubo de petróleo por grupos guerrilheiros foram utilizados como tática militar, em retaliação ao não pagamento de extorsões por parte de petroleiras. Esses atentados causaram danos ambientais irreversíveis, contaminando rios, comprometendo o acesso à água potável e ameaçando espécies na Amazônia e em outras regiões do país.

Essas práticas não cessaram com o Acordo de Paz, nem com o recente esforço do governo de Petro em fortalecer a proteção ambiental — ao contrário. “O controle desses atores armados sobre os territórios está cada vez mais visível e frequente”, disse María Espinosa, advogada da organização Amazon Frontlines, que trabalha com comunidades amazônicas afetadas pela combinação de guerrilha e exploração petrolífera. “Está cada vez mais violenta”.

Mesmo em áreas onde não há presença armada, os riscos persistem. “Não existe exploração de petróleo e gás segura — todos os empreendimentos têm escapes, têm vazamentos”, afirma Luiz Afonso Rosário, da 350.org Brasil. Ele lembra que, há décadas, o petróleo é vendido como promessa de libertação econômica a países sul-americanos. Mas, segundo ele, “o que vemos são as mesmas mazelas sociais de sempre — e só meia dúzia enriqueceu”.

Para Rosário, o abismo entre promessas e realidade evidencia a urgência de um debate mais amplo e inclusivo sobre o futuro do bioma: “Vão rasgar a Amazônia com mais infraestrutura para beneficiar a indústria fóssil. Deveríamos estar investindo em energias renováveis”.



Reportagem publicada em 1º de abril de 2025



Pescador na área de manguezal de Sucuriju, costa do Amapá, comunidade que pode ser a primeira atingida em caso de vazamento de petróleo.



PETROLEIRAS CRIAM 'CORTINA DE FUMAÇA' PARA VIABILIZAR EXPLORAÇÃO NA COSTA AMAZÔNICA DO BRASIL

Petrobras promete explorar um único poço, mas investigação aponta movimentação de petroleiras para avançar com a extração de petróleo em toda a Foz do Amazonas – com impactos para terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação.

POR FÁBIO BISPO FOTOS POR VICTOR MORIYAMA



SUCURIJU parece ter saído de um romance de Gabriel García Márquez, um vilarejo remoto onde o tempo é contado pelas fases da lua. É ela que determina quando os barcos partem para o mar ou os caranguejos emergem dos manguezais que contornam a costa do Amapá, criando a barreira natural que isola o lugar. Essa comunidade de pescadores está bem no encontro da foz do rio Amazonas com o oceano Atlântico – próxima de onde grandes petroleiras tentam explorar óleo desde a década de 1970.

Enquanto Macondo, a vila fictícia criada pelo escritor colombiano em *Cem Anos de Solidão*, está condenada a uma repetição de erros que levam à sua aniquilação, Sucuriyu é o destino inevitável para onde um eventual vazamento de petróleo se deslocaria por mar, segundo estudos recentes. Tal acidente poderia trazer impactos ambientais devastadores aos 387 habitantes da vila e se estender por toda a costa amazônica.

Embora campanhas do governo brasileiro e de petroleiras para explorar a costa amazônica ocorram há mais de 50 anos, suas possíveis reservas permanecem intocadas. Os esforços nesse período foram frustrados por vários obstáculos, desde acidentes mecânicos durante as buscas por óleo até sucessivas negativas de licenciamento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Nos últimos anos, a investida ganhou novo fôlego. Com a estatal Petrobras e o governo à frente do processo, o setor petrolífero tem apostado em estratégias políticas para aproveitar aquela que pode ser sua última oportunidade de explorar grandes reservas antes da transição global para as energias renováveis.

UMA 'CORTINA DE FUMAÇA'

SUCURIJU está localizado na chamada margem equatorial brasileira – região costeira rica em biodiversidade no extremo norte da América do Sul, que se estende por mais de 2.000 km do estado do Rio Grande do Norte até a fronteira com a Guiana Francesa. Essa faixa abriga o bloco 59, delimitado oficialmente à exploração petrolífera e palco de um cabo de guerra entre a Petrobras e o Ibama.

A Petrobras detém a concessão do bloco, mas precisa de uma licença ambiental do Ibama para iniciar sua exploração. Com a autorização, a estatal insiste que realizaria apenas uma perfuração sem riscos socioambientais, a 175 km da costa do Amapá. O argumento é ecoado por outras petroleiras e setores do governo favoráveis ao empreendimento.

“O projeto que estamos licenciando é a perfuração de um poço, uma atividade temporária, para durar de cinco a seis meses”, justificou Daniele Lomba, gerente de licenciamento da Petrobras, em uma audiência pública em 2023.

No entanto, nossa investigação revela uma estratégia mais ampla: a licença do bloco 59 funciona, na verdade, como uma “cortina de fumaça” para abrir toda a margem equatorial brasileira à exploração petrolífera.

O ponto de partida é o planejamento estratégico da Petrobras para 2025-2029. O plano prevê a perfuração de 15 poços na área, com investimentos de US\$ 3 bilhões – quase 40% dos recursos previstos à exploração de novas áreas no período.

A estratégia fica ainda mais evidente a partir de nossa análise de dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre os blocos da margem equatorial brasileira até dezembro de 2024. A costa entre o Amapá e o Maranhão abriga 321 blocos petrolíferos, dos quais 25 foram concedidos à Shell, BP, Brava Energia (resultado da fusão da Enauta e 3R Petroleum), Prio e Petrobras. Os demais aguardam licitação: 47 estão em oferta, enquanto pelo menos 250 seguem em fase de estudo.

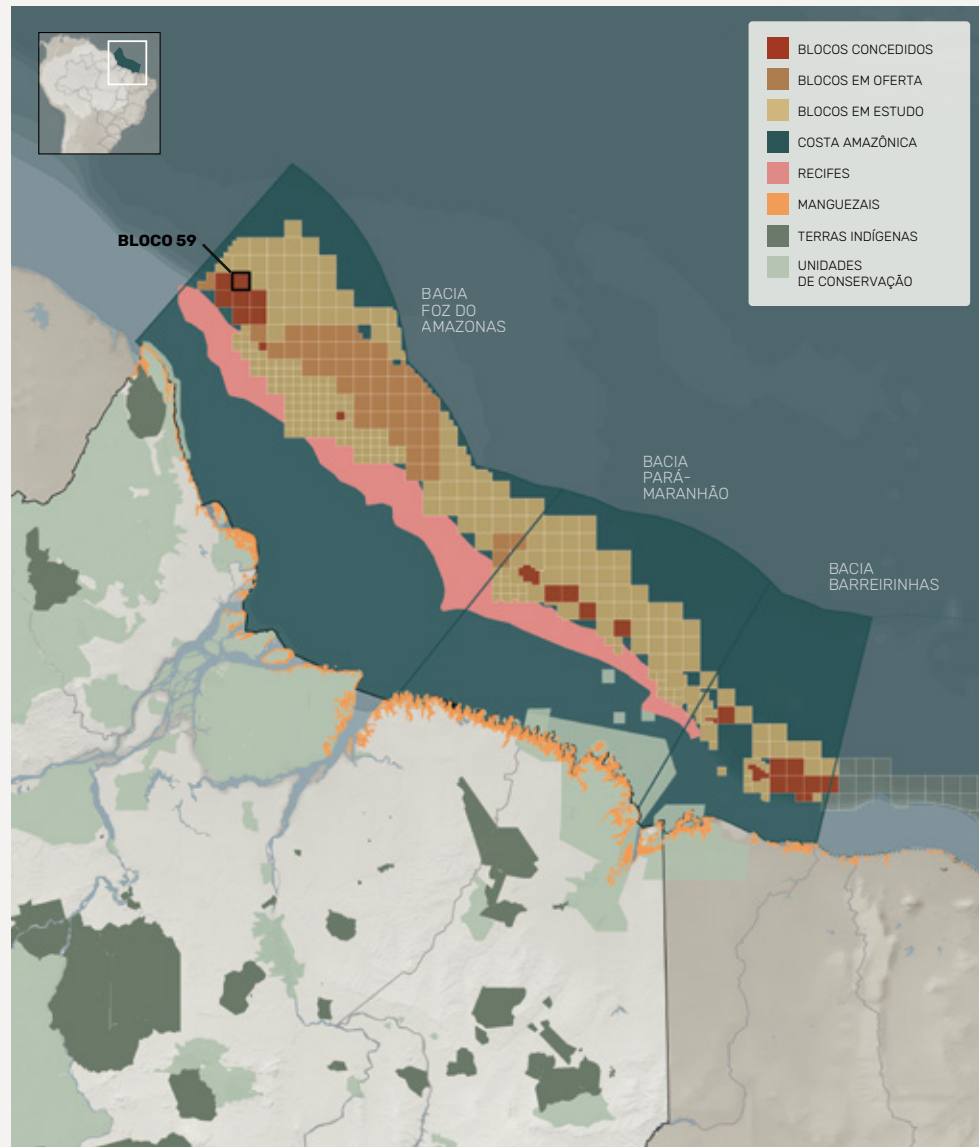
“Criou-se uma cortina de fumaça em torno do bloco 59”, disse Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas no Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama (2016-2019).

Para a especialista, a abertura desse bloco visa “facilitar outros licenciamentos”, abrindo precedentes para explorar áreas próximas. Além disso, pode “deslegitimar as ações do Ibama”, cujas determinações correriam o risco de ser revertidas por pressões externas.

Rodrigo Agostinho, atual presidente do Ibama, concorda que “o que está em discussão é toda a exploração de petróleo em uma região pouco conhecida”. À *Bloomberg News*, ele afirmou em 2023: “Não é um único poço; é isso que estamos gritando”.

BLOCOS DE PETRÓLEO NA COSTA AMAZÔNICA BRASILEIRA

Entre Amapá e Maranhão, 321 blocos petrolíferos estão delimitados em região próxima de áreas protegidas, manguezais e grande sistema de recifes



FONTE ANP, MMA, FUNAI, IBAMA, FRANCINI FILHO E COLABORADORES (2018), MAPBOX, OPENSTREETMAP

DISPUTAS NO LICENCIAMENTO

EM 2018, Suely Araújo, então presidente do Ibama, rejeitou os cinco pedidos de licenciamento da francesa Total Energies em blocos próximos ao 59 na Foz do Amazonas. “Neguei porque as condições da região são bastante complexas”, justificou.

Na época, o bloco 59 pertencia à britânica BP e, logo em seguida, recebeu um parecer do Ibama apontando a “impossibilidade” de realizar uma avaliação ambiental adequada porque o pedido estava incompleto. O órgão afirmou que a empresa não havia cumprido os requisitos do plano de emergência e recomendou o arquivamento do processo.

A disputa chegou ao Ministério Público Federal (MPF) no mesmo ano. Em um inquérito civil, o órgão alertou que o bloco 59 representava risco de vazamento, o que poderia “comprometer a já ameaçada fauna da região e os sistemas recifais amazônicos”, além de gerar “consequências negativas” para comunidades pesqueiras — como a de Sucuriçu.

Em 2020, a Petrobras adquiriu os seis blocos da Total Energies e BP na margem equatorial – com problemas de licenciamento já conhecidos. No setor petrolífero, há um consenso de que apenas a estatal brasileira, com sua forte influência política e estreito vínculo com o governo, poderia destravar a exploração.

“Se a Petrobras, uma empresa brasileira que tem o governo como principal acionista, não está conseguindo, ninguém vai conseguir [a autorização do Ibama]”, afirmou João Correa, presidente da TGS no Brasil, norueguesa que faz estudos sísmicos na margem.

Na mesma linha, Décio Oddone, CEO da Brava Energia, que detém quatro blocos na área, afirmou à *Reuters* em 2024: “Se a Petrobras tiver autorização e achar algo lá, vamos segui-la”.

Enquanto a Petrobras não consegue destravar a exploração de petróleo na costa amazônica, outras empresas que detêm blocos na região se valem de brechas regulatórias para ganhar tempo. Pelas regras da ANP, o descumprimento dos prazos contratuais resultaria na devolução dos blocos ao governo. Na margem equatorial, 20 dos 25 blocos concedidos — a maioria desde 2013 — não iniciaram a exploração conforme estabelecido, o que justificaria o arquivamento dos projetos.

Contudo, a agência permite a prorrogação de prazos em “casos fortuitos”, ou seja, fora do controle das concessionárias. Com esse argumento, as petroleiras justificaram os atrasos no licenciamento ambiental para manter os contratos ativos.



Os outros cinco blocos deveriam ter iniciado a fase exploratória até 2021. No entanto, após serem adquiridos pela Petrobras, o processo de licenciamento — anteriormente rejeitado em 2018 — foi reiniciado, concedendo à estatal um novo prazo, até 2026, para apresentar novos estudos. Desde então, o foco tem sido a liberação do bloco 59.

Uma das principais divergências no licenciamento do bloco 59 gira em torno da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), regulamentada em 2012 para orientar decisões do governo sobre a exploração de petróleo e gás no país. Embora não seja obrigatória em todos os processos, o Ibama defende sua aplicação neste caso, argumentando que o projeto representa “uma nova fronteira da indústria petrolífera” em uma área de “expressiva biodiversidade e sensibilidade socioambiental costeira”.

A Petrobras contesta a exigência da AAAS para o licenciamento do bloco 59, amparando-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2023. Segundo o ministro Kassio Nunes Marques, relator do caso, “a AAAS não constitui instrumento apto a atestar a viabilidade ambiental” de um empreendimento. A ação foi movida pela Rede Sustentabilidade, que defendia a obrigatoriedade da avaliação em projetos petrolíferos.

VESTÍGIOS DA CORRIDA POR PETRÓLEO

OITO TANQUES de combustível enferrujados dispostos no centro de Sucuriçu remontam à corrida pelo petróleo na margem equatorial brasileira há mais de 50 anos.

Em 1976, a britânica Shell instalou uma base de operações no vilarejo. O pescador Amiraldo Ferreira, de 69 anos, participou da construção e lembra do vai e vem de funcionários da petroleira. “Eles desciam em helicópteros grandes aqui no meio da comunidade para abastecer, transportavam entre dez a 12 pessoas, e daqui iam para o mar procurar petróleo”, disse.

Jornais da década de 1970 anunciavam a Foz do Amazonas como a nova fronteira para garantir a autossuficiência do petróleo nacional. Para estimular a atividade, o governo brasileiro autorizou petroleiras a atuar no país, sobretudo na foz, mas sem garantir compen-

sação se elas não encontrassem óleo — um acordo viabilizado pelos chamados “contratos de risco”. Até sua proibição em 1988, foram firmados 243 desses contratos.

Foi o que aconteceu com a Shell: após o fracasso da empreitada, a petroleira deixou Sucuriçu, e os tanques acabaram sendo reaproveitados como reservatórios de água. Mas a companhia não desistiu da margem equatorial e hoje detém seis blocos, ainda inoperantes, a cerca de 900 km dali, na bacia de Barreirinhas, no Maranhão.

Em 2023, a Shell firmou um memorando de entendimento com a Petrobras para buscar novas oportunidades de exploração, inclusive na margem equatorial. No ano passado, o CEO global da Shell, Wael Sawan, entregou nas mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva um relatório cobrando “decisões políticas rápidas e estratégicas” para usufruir dos “recursos inexplorados” do Brasil.

À reportagem, a Shell defendeu “a importância da margem equatorial para o crescimento da indústria no Brasil” e argumentou que sua exploração traria empregos e renda. Mas reforçou que se trata de “uma decisão de governo”. A Shell e a Petrobras não deram mais detalhes do memorando. A estatal afirmou apenas que “novidades serão informadas por comunicado ao mercado”.

Até agora, a investida na costa amazônica amargou mais prejuízos que lucros, além de expor os riscos da atividade petrolífera. Entre 1970 e 2024, pelo menos um quarto dos 155 poços perfurados em busca de óleo na margem equatorial foram interrompidos por acidentes mecânicos, segundo dados da ANP analisados pela reportagem.

Em 1975, as fortes correntes marítimas destruíram uma sonda da Petrobras a quase 300 km da costa do Amapá. Em 2011, outra sonda da estatal rompeu pela força do mar, desta vez a 126 km do continente.

Na época, além da Shell, também assinaram contratos de risco a BP e a Elf-Agip — parte da Elf hoje integra a Total Energies. As campanhas tampouco tiveram êxito: as poucas descobertas na margem equatorial não se mostraram comercialmente viáveis.

Por mais de duas décadas, essas empresas desapareceram da região. Foi apenas em 2013 que retornaram, ao arrematar blocos em um leilão da ANP.

RISCOS DE VAZAMENTO DE ÓLEO

DURANTE OS ANOS de hiato, os moradores de Sucuriju usufruíram da abundante biodiversidade local, especialmente da pesca. O vilarejo está cercado pela Reserva Biológica do Lago Piratuba, uma área protegida de quase 4.000 km² próxima à Foz do Amazonas. Ali, o encontro do rio com o oceano Atlântico forma um berçário essencial para aves migratórias, tartarugas e diversas espécies marinhas.

As modelagens oceanográficas apresentadas pela Petrobras no licenciamento do bloco 59 sugerem que um vazamento de óleo no mar não atingiria a costa, portanto não afetaria esse rico ecossistema. A afirmação é sustentada por representantes da estatal.

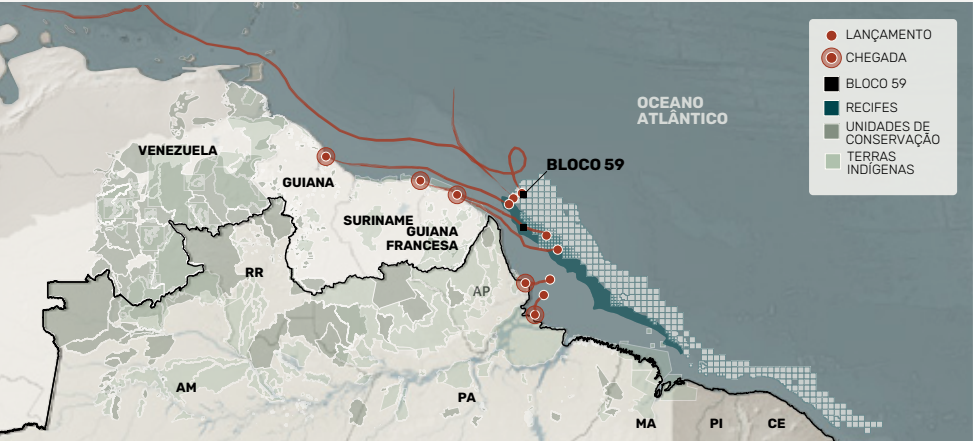
Estudos independentes e pareceres do Ibama contestam esse resultado. Em 2023, o órgão recomendou o arquivamento do processo, alertando que, em caso de um acidente de grandes proporções, qualquer alteração na deriva do óleo poderia causar danos irreversíveis a áreas sensíveis e de difícil acesso na costa brasileira.

No atual governo Lula, técnicos do Ibama já rejeitaram o licenciamento do bloco 59 em três ocasiões — em maio de 2023, outubro de 2024 e fevereiro de 2025 — sempre com a mesma justificativa: o plano da Petrobras é insuficiente para mitigar os impactos ambientais. Apesar da recomendação, pressões políticas mantêm o processo aberto.

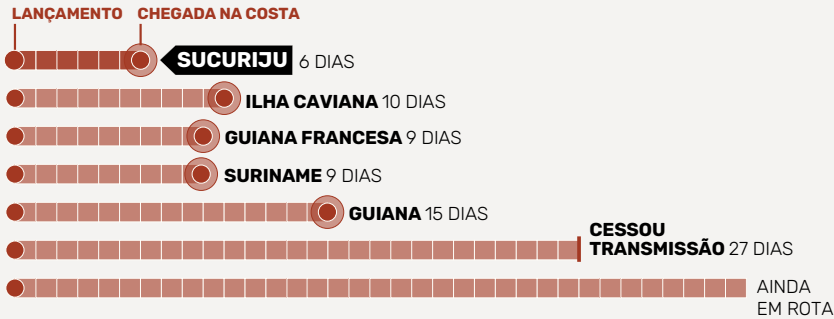
Em 2024, simulações indicaram que um vazamento na bacia da Foz do Amazonas atingiria áreas sensíveis do Brasil e de países vizinhos. Luís Takiyama, professor do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa), em parceria com o Greenpeace Brasil, lançou sete derivadores — equipamentos oceanográficos com GPS — em diferentes pontos da bacia. Cerca de uma semana depois, dois deles chegaram à costa: o primeiro em Sucuriju; o segundo, 150 km ao sudoeste, na Ilha Caviana, também habitada por comunidades ribeirinhas.

“Os dois derivadores que lançamos mais perto da costa se moveram muito rápido em direção a ela”, afirmou Takiyama. “Eles exibiram um movimento em zigue-zague, influenciado pelas correntes de maré”. Ainda serão necessários mais estudos, segundo ele, para compreender a complexa dinâmica das correntes marítimas na região — um fator que, desde os anos 1970, tem dificultado a exploração da margem equatorial

SIMULAÇÃO DE VAZAMENTO DE PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL



TEMPO ATÉ A CHEGADA DOS DERIVADORES NA COSTA



FONTE IEPa, GREENPEACE, ANP, FUNAI, MMA, FRANCINI FILHO E COLABORADORES (2018)

Os riscos de vazamento na costa amazônica já aparecem em outros estudos. Um artigo publicado em 2024 no periódico *Ocean Dynamics* analisou as trajetórias de derivadores lançados próximos a blocos da região. Dos 306 equipamentos levados a mais de 2 km de profundidade, 40% deles chegaram à costa.

Até o Projeto Costa Norte — realizado pela então Enauta, hoje Brava Energia, em parceria com instituições acadêmicas —, apontou um alto risco de contaminação costeira em caso de vazamento. As simulações mostraram possíveis impactos a manguezais preservados em três estados brasileiros.



Mangue e fauna na Reserva Biológica do Lago Pirituba, área protegida próxima à foz do rio Amazonas.

Mesmo com simulações mostrando os riscos de um vazamento para Sucuriju, sua população sempre esteve à margem das discussões. “Não sabíamos desses projetos até pouco tempo atrás”, disse à reportagem, em setembro de 2024, o pescador Fábio de Souza Vieira, que nasceu e cresceu no remoto vilarejo da Amazônia.

A comunidade nunca foi chamada para debates. Grupos indígenas e quilombolas que podem ser impactados pelos projetos também pouco foram ouvidos.

PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO

EM PARALELO, a promessa de desenvolvimento da região Norte promovida pelo petróleo ganha força. Essa expectativa movimentou Oiapoque, cidade costeira mais próxima ao bloco 59. O município já abriga um aeródromo para apoiar a exploração marítima e enfrenta um inchaço populacional, que vem valorizando os imóveis e impulsionando a grilagem de terras – a floresta pública ao lado da base aérea foi devastada.

Mas há quem lucre: Miguel Caetano é ex-prefeito de Oiapoque e pai do prefeito reeleito em 2024. Ele já alugou imóveis para a Petrobras e afirma ter um acordo para expandir essa ocupação. Em outubro de 2024, ele estava construindo um galpão para servir de base de apoio e ampliando um hotel – ambos, segundo ele, destinados à estatal.

Enquanto o avanço da exploração de petróleo foi uma das principais bandeiras das eleições municipais de 2024 em Oiapoque, o ceticismo entre os moradores também cresce. Entre eles, o advogado Joezer Silva Barros critica a falta de transparência.

“Existe muita névoa [sobre a exploração], a população não está se apropriando de fato da informação”, disse Barros, acrescentando que a ausência de discussões aprofundadas alimenta a ideia, no imaginário local, de que “o petróleo vai salvar Oiapoque”.

Já a Terra Indígena Uaçá, situada a apenas 6 km do aeródromo, enfrenta os “impactos sociais de uma exploração que ainda nem começou”, afirma Luene Karipuna, moradora do território. Ela menciona o aumento do tráfego aéreo, o que “espanta nossas caças e influencia a vida social e espiritual”. Além disso, alerta que o crescimento desordenado da região vai aumentar as pressões sobre os territórios.



Indicada pelo Conselho de Caciques dos Povos Indígenas de Oiapoque para liderar o diálogo sobre a exploração, Luene diz estar sendo ignorada pela Petrobras.

Em 2022, o MPF recomendou que o Ibama não concedesse a licença ao bloco 59 antes de consultar os povos indígenas, como exige a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Esse processo assegura o direito de eles serem informados e se manifestarem sobre projetos que possam impactar seus territórios e modos de vida.

Por isso, o conselho indígena de Oiapoque exige avaliações ambientais abrangentes e consultas efetivas às comunidades. O grupo cobra ainda que as 55 aldeias da região sejam informadas, com pelo menos 15 dias de antecedência, sobre as audiências da Petrobras – o que, segundo eles, não vem acontecendo.

Segundo Luene Karipuna, políticos locais foram às aldeias buscar indígenas para audiências “sem eles saberem” do que se tratava. “Eles não querem nos ouvir; eles não querem nos consultar”, criticou a líder indígena.

Em 2023, ao solicitar que o Ibama reconsiderasse a licença para o bloco 59, a Petrobras incluiu declarações de apoio ao projeto feitas por um indígena Karipuna. No entanto, segundo Luene, ele não representava oficialmente a comunidade e havia contrariado a decisão coletiva do conselho indígena.

FOZ DO AMAZONAS SENSÍVEL AO PETRÓLEO

EMBORA O BLOCO 59 não se sobreponha a territórios indígenas, esses povos seriam impactados em caso de vazamento de óleo, conforme indicam as Cartas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo (Cartas SAO). Esses documentos técnicos, elaborados por órgãos governamentais e exigidos por tratados internacionais assinados pelo Brasil, mapeiam áreas ecologicamente sensíveis à contaminação por petróleo.

No caso da Foz do Amazonas, a Carta SAO, realizada em 2016, destaca a alta vulnerabilidade da região. Além disso, uma análise da reportagem sobre esses dados revela que pelo menos três terras indígenas – incluindo a Uaçá –, seis territórios quilombolas e 34 unidades de conservação seriam afetadas por vazamentos.

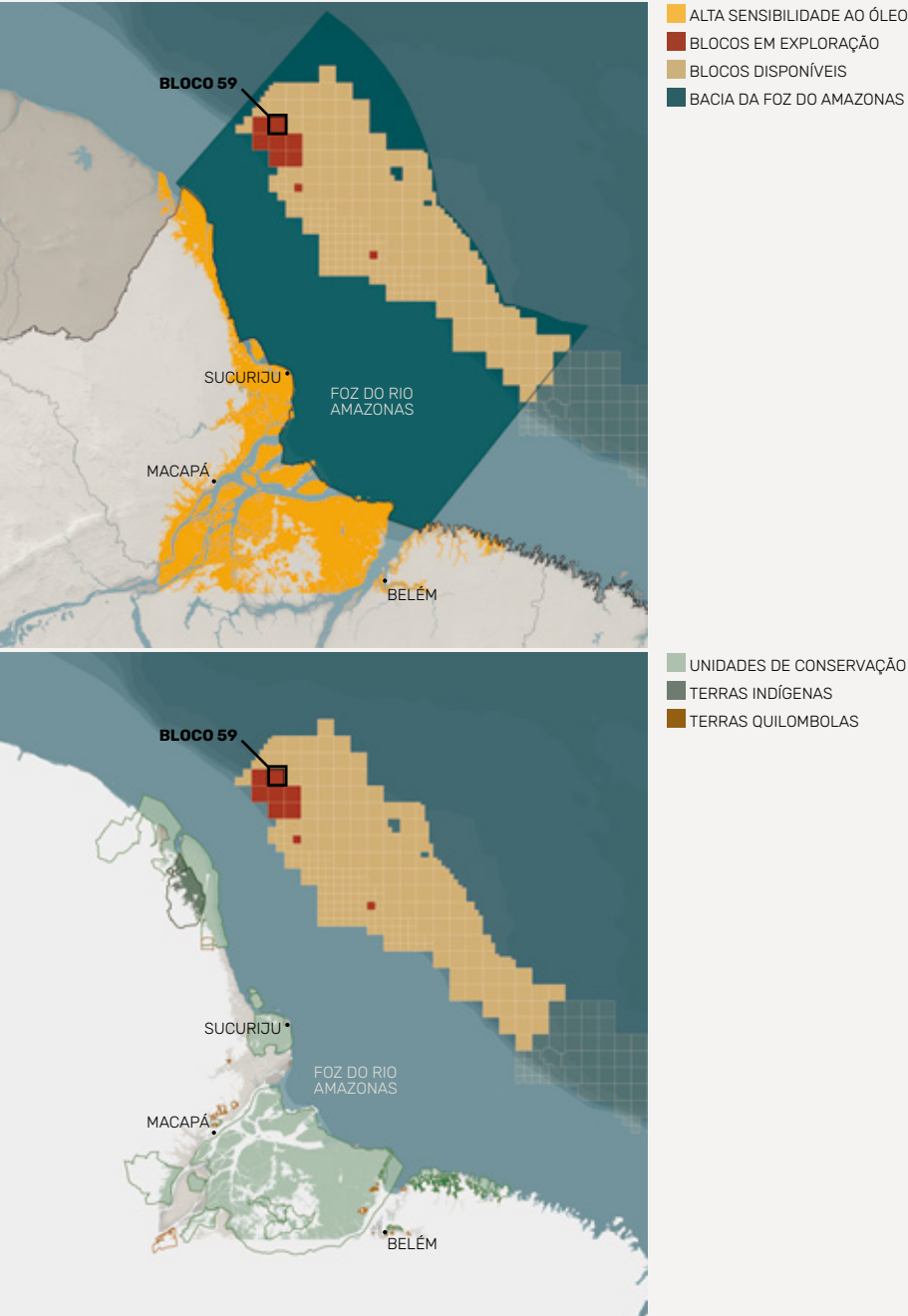
Os blocos petrolíferos da Foz do Amazonas se sobrepõem ao Grande Sistema de Recifes da Amazônia. Esse ecossistema pouco estu-



Cenas do cotidiano da pequena comunidade de Sucuriju, na costa do Amapá, onde a foz do rio Amazonas encontra o oceano Atlântico.



ÁREAS PROTEGIDAS COM ALTA SENSIBILIDADE A VAZAMENTOS DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS



FONTE IEPA, ANP, MMA, FUNAI, INCRA, MAPBOX, OPENSTREETMAP

dado se estende por aproximadamente 9.500 km² na costa entre os estados do Amapá e Maranhão, segundo artigo de Francini Filho e colaboradores, publicado na *Frontiers in Marine Science* em 2018.

O professor Takiyama integrou a equipe responsável pelas Cartas SAO na Foz do Amazonas e explica que as fortes correntes marítimas, juntamente com as amplas variações de maré, aumentam significativamente os desafios para conter vazamentos.

“Imagine um acidente nessas condições, com a grande variação de marés, fortes correntes e toda a questão da preservação ambiental”, alertou Takiyama.

No Amapá, 83,5% de sua costa foi classificada pela Carta SAO como altamente sensível à contaminação por óleo. A região abriga a maior faixa contínua do mundo de manguezais, onde a remoção de poluentes seria extremamente difícil.

Apesar disso, a Petrobras questiona a obrigatoriedade da consulta prévia às comunidades, argumentando que os impactos relatados pelos indígenas seriam apenas indiretos. A estatal alega ainda que o Ibama deveria ter exigido a consulta no licenciamento, o que não aconteceu.

O Ibama, por sua vez, destacou que, mesmo que os impactos fossem indiretos, eles devem ser identificados. Procurada pela reportagem, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas disse que apoia a avaliação dos impactos nos territórios de Oiapoque. Já o Ministério dos Povos Indígenas não se manifestou.

Em setembro de 2024, os moradores de Sucuriju discutiram o assunto pela primeira vez em uma reunião. “A Petrobras está se preocupando em fazer a exploração, mas nunca esteve aqui para dizer quais seriam os benefícios ou as consequências para nossa comunidade”, disse a professora e agente de saúde, Iriana da Silva.

Há cinco anos brigando para que os povos indígenas sejam incluídos na discussão, Luene Karipuna também critica a forma como as empresas e o Estado têm subdimensionado os riscos da exploração na margem equatorial: “Já vivemos as consequências dos impactos climáticos. Este é um risco para toda a humanidade, não só para nós, não só para o sossego do nosso território, mas para todo o planeta”.



Reportagem publicada em 03 de abril de 2025



Cuspidor de fogo faz performance em evento da ExxonMobil em shopping em Georgetown, capital da Guiana.



EXXONMOBIL CONSOLIDA ‘PETROESTADO’ EM MEIO A DENÚNCIAS AMBIENTAIS NA GUIANA

A norte-americana transformou a Guiana em um dos maiores produtores de petróleo do mundo. No entanto, a expansão veio à custa do aumento da desigualdade, da flexibilização de regras ambientais, da queima irregular de gás e da crescente influência estrangeira sobre o país.

POR FÁBIO BISPO FOTOS POR VICTOR MORIYAMA

EM GEORGETOWN, capital da Guiana, o rangido dos caminhões pesados carregando materiais para obras faraônicas ecoa incessantemente por toda a cidade. Uma nova ponte sobre o rio Demerara, uma ilha artificial, prédios modernos e hotéis luxuosos se erguem como símbolos da riqueza prometida pela indústria petrolífera. Estrangeiros de empresas recém-estabelecidas ali já a apelidam de “nova Dubai”.

A norte-americana ExxonMobil lidera a produção de petróleo na Guiana. Em 2015, ela anunciou a descoberta de uma das maiores reservas mundiais da última década. Desde então, sua subsidiária Esso Exploration and Production Guyana lidera o consórcio do bloco Stabroek — uma área de 26.800 km² na costa do país, que também envolve a norte-americana Hess Corporation e a chinesa CNOOC. Mas enquanto expande sua presença no país, a ExxonMobil enfrenta acusações de ambientalistas e ações na Justiça.

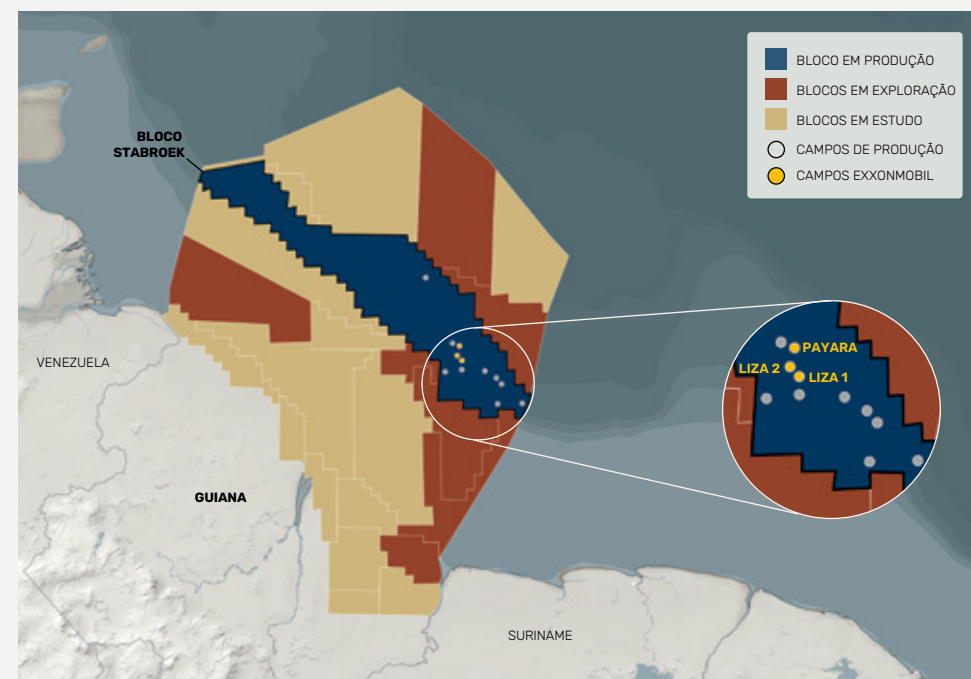
Segundo as denúncias, a empresa desrespeitou as licenças ambientais dos três campos ativos no bloco: Liza (Fases 1 e 2) e Payara, que juntos produzem 650 mil barris por dia. Com outros três campos já aprovados, a expectativa é dobrar a produção para 1,3 milhão de barris diários quando essas novas frentes entrarem em operação, em 2027.

“Nossas instituições foram capturadas pelos interesses estrangeiros. A Exxon não é a única, mas com certeza é a mais flagrante”, disse a ambientalista Sherlina Nageer, fundadora do Greenheart Movement, iniciativa que defende alternativas ao setor.

Nageer considera “tolice” confiar em uma empresa cujo lucro anual supera o Produto Interno Bruto (PIB) da Guiana. Em 2022, a ExxonMobil registrou uma receita global de US\$ 413 bilhões, quase 28 vezes superior ao PIB do país no mesmo ano, estimado em US\$ 14,7 bilhões, segundo dados do Banco Mundial.

Enquanto isso, o governo da Guiana tem afrouxado normas ambientais, firmado contratos vantajosos para as petroleiras em detrimento da população e oferecido respaldo a essas empresas em disputas judiciais. O país se consolida como um “petroestado”, onde economia, decisões políticas e instituições estão cada vez mais subordinadas à indústria do petróleo — a ponto de se tornar difícil distinguir onde termina o Estado e começa a ExxonMobil.

STABROEK: UMA DAS MAIORES RESERVAS DO MUNDO



FONTE ARAYARA, EXXONMOBIL/GUYNODE, MAPBOX, OPENSTREETMAP

GAS FLARING IRREGULAR NA GUIANA

ENTRE AS PRÁTICAS da ExxonMobil questionadas por ambientalistas e pela Justiça está o *gas flaring* — a queima de gás natural derivado da extração de petróleo. Esse processo despeja na atmosfera o gás excedente das operações quando não há interesse econômico ou infraestrutura para processá-lo. Mas ele libera grandes quantidades de CO₂ e metano, causadores do aquecimento global.

A licença ambiental para o campo Liza Fase 1 — primeira reserva descoberta pela ExxonMobil na Guiana — proíbe a queima de gás, exceto em casos de manutenção ou emergência. Ainda assim, entre o início da produção, em 2019, e 2023, a petroleira registrou 1.298 episódios de *flaring*, segundo nossa análise feita a partir de dados da plataforma SkyTruth.

Com base nesse levantamento, a reportagem contou com a consultoria do Instituto Internacional Arayara para calcular o impacto das ocorrências. A análise apontou que, no mesmo período, a ExxonMobil queimou 687 milhões de metros cúbicos de gás na costa da

Guiana, liberando 1,32 milhão de toneladas de CO₂ na atmosfera. Esse volume equivale às emissões anuais de quase 287 mil carros e coloca a Guiana como o segundo maior emissor de gases de efeito estufa por *flaring* na Amazônia, atrás do Equador.

Sherlina Nageer foi uma das três autoras de uma ação judicial contra o *flaring* nas plataformas da subsidiária Esso. Desde a infância, lembra-se da forte conexão com a natureza, quando se entretia observando formigas no quintal. Essa mesma curiosidade a ajudou a identificar a queima de gás em alto mar.

Nageer está entre as ativistas que dizem ter conseguido evidências da ilegalidade por meio de imagens de satélite. Em abril de 2021, elas notificaram a Agência de Proteção Ambiental da Guiana (EPA, na sigla em inglês), responsável pelo licenciamento e fiscalização do setor petrolífero no país.

Mas um mês após a denúncia, a EPA revisou a licença ambiental da petroleira, facilitando as condições para a prática. A agência permitiu a ampliação do prazo para a queima de gás, que passou de três para até 60 dias consecutivos, com a cobrança de US\$ 45 por cada tonelada de CO₂ emitida no processo.

Quando o episódio veio à tona, em agosto de 2021, milhões de metros cúbicos de gás já haviam sido queimados. Na Justiça, a Esso justificou o *flaring* como resultado de uma falha mecânica no sistema de compressão de gás.

O processo transcorreu sem transparência, segundo ativistas. Por meses, a advogada Melinda Janki — autora da legislação ambiental da Guiana em 1996 e representante da ação contra a Esso — tentou, sem sucesso, acessar informações sobre o andamento do caso. Diante da opacidade do sistema judicial, ela e outras ativistas divulgaram um manifesto cobrando uma decisão urgente em um processo que impacta diretamente o futuro ambiental e social da Guiana.

A presidente da Suprema Corte da Guiana, Roxanne George, acabou emitindo uma decisão favorável à petroleira. “Não foi provado que a modificação da licença tenha provocado ou esteja provocando efeitos adversos adicionais ao meio ambiente”, afirmou em 2023. “Não há nada na lei que impeça a emissão de uma licença modificada”.

Vincent Adams é especialista em petróleo e gás, com mais de 30 anos de experiência no Departamento de Energia dos EUA, e comandou a EPA da Guiana entre 2018 e 2020. Para ele, a decisão “subverte os princípios ambientais, porque agora o governo está basicamente



Ilha artificial construída pela ExxonMobil na foz do rio Demerara em Georgetown, Guiana, para abrigar um porto petrolífero.



dizendo: ‘Polua o quanto quiser, desde que possa pagar por isso’.

Quando assumiu a agência guianense, Adams conta que se deparou com uma instituição despreparada para lidar com a indústria petrolífera: “Não havia sequer um engenheiro treinado em petróleo”. Ele lembra que o órgão funcionava como mero “carimbador” das solicitações da ExxonMobil e de suas empresas parceiras.

Em 2020, quando a Esso buscou o licenciamento do campo de Payara, o especialista Vincent Adams afirmou ter exigido garantias financeiras para compensação em caso de acidentes ambientais, algo que não havia sido solicitado nos dois projetos anteriores – Liza 1 e 2. Segundo ele, os estudos para o licenciamento dos três campos, praticamente idênticos entre si, indicavam que um vazamento de óleo poderia se espalhar por toda a costa da Venezuela e alcançar vários países do Caribe até a Jamaica.

Adams deixou a agência em agosto de 2020, com a troca de governo na Guiana, e lembra que, apenas um mês depois, as licenças foram concedidas. “Quando eu saí, eles tomaram conta”, afirmou o engenheiro, que desde então se tornou um dos principais críticos do atual modelo de exploração de petróleo no país.

CONTRATO DESFAVORÁVEL À GUIANA

AS CONTROVÉRSIAS na exploração de petróleo na Guiana vão além das licenças e remontam às primeiras negociações. Quando a ExxonMobil descobriu a primeira reserva no país em 2015, o governo precisou definir do zero os termos de um contrato de partilha – estabelecendo prazos, divisão de lucros e recuperação de custos – para o bloco Stabroek.

O acordo entre a Esso e o governo guianense foi negociado a portas fechadas em 2016 e permaneceu em sigilo até 2017. Tornado público apenas após forte pressão externa, o contrato tem sido alvo de intensas críticas de especialistas e da classe política.

Ele estabelece que até 75% da receita bruta mensal pela extração do bloco seja destinada ao pagamento dos custos de operação das empresas. O restante é dividido igualmente entre o governo guianense e o consórcio, resultando em 12,5% da receita para a Guiana.

Além disso, o acordo prevê *royalties* de apenas 2% sobre o valor

do petróleo vendido, um percentual inferior ao praticado em outros países. No Brasil, a alíquota pode chegar a 15%, enquanto nos Estados Unidos a taxa de *royalties* para exploração em terras públicas foi recentemente atualizada para mais de 16%.

Um relatório do IEEA, instituto de pesquisa financeira dos Estados Unidos, aponta que o contrato com as petroleiras impõe cláusulas desfavoráveis à Guiana, permitindo que as empresas recuperem suas despesas de forma excessiva. O documento também denuncia a existência de “dívidas ocultas” no acordo e alerta que o país vem arcando com uma carga tributária desproporcional. Segundo o levantamento, entre 2019 e 2021, as petroleiras receberam US\$ 3,6 bilhões, enquanto a Guiana ficou com apenas US\$ 607 milhões — uma proporção de 6 para 1 em favor das companhias.

“É um contrato muito ruim, que nos priva de muitos recursos”, afirmou o ex-presidente da Guiana, Donald Ramotar. Durante sua gestão entre 2011 e 2015, a ExxonMobil fez pesquisas na costa do país que levaram à primeira grande descoberta.

Embora seja correligionário do atual presidente Irfaan Ali, o ex-mandatário defende a revisão das cláusulas do contrato. Ali, por sua vez, admite que o acordo é desfavorável, mas argumenta que a “santidade do contrato” deve ser respeitada.

O presidente promete negociar melhores termos para futuros contratos. No entanto, a promessa pode ser inócua: todos os campos planejados pela ExxonMobil estão dentro do bloco Stabroek, que é protegido pelo contrato de 2016.

Já o prefeito de Georgetown, Alfred Mentore, acredita que a revisão do acordo depende de vontade política. “Com a ajuda de bons advogados, é possível chegar a algum tipo de consenso”, Mentore afirmou à reportagem.

Embora não seja contrário à exploração de petróleo na Guiana, Mentore cobra uma abordagem mais balanceada: “Precisamos achar um equilíbrio entre nosso impacto no meio ambiente e como lidamos com o desenvolvimento”.

Outro forte opositor ao contrato é Frederick Collins, presidente da organização anticorrupção Instituto de Transparência da Guiana. A entidade publicou uma série de análises nos jornais do país, expondo suas fragilidades.

Collins classificou o acordo como “fortemente favorável à Exxon” e condenou a decisão do governo de mantê-lo em sigilo. Mas um



ponto chamou mais sua atenção: o fato de a EPA não ter exigido garantias financeiras para possíveis vazamentos.

Diante disso, Collins levou o caso à Justiça — e venceu. Em maio de 2023, a Suprema Corte da Guiana reforçou a urgência de garantias financeiras para a exploração petrolífera do país. A decisão concluiu que a EPA agiu com “complacência e submissão, colocando a nação e seu povo em grave perigo de um desastre calamitoso”.

A Esso e o governo da Guiana recorreram da decisão. Para embasar o recurso, a EPA estimou em US\$ 2 bilhões o valor necessário para cobrir possíveis danos ambientais da atividade. Em junho do mesmo ano, um tribunal de apelação acatou o argumento e suspendeu a decisão anterior.

Collins considerou o valor irrisório para remediar os impactos do petróleo. Ele lembrou que o vazamento no Golfo do México, em 2010, levou a petroleira britânica BP e suas seguradoras a desembolsar US\$ 69 bilhões em reparações.

Em 2024, a Esso foi novamente intimada a responder na Justiça por suspeita de inflacionar o valor de equipamentos para os poços de petróleo, reduzindo ainda mais o lucro destinado ao governo da Guiana. A autoridade fiscal do país apontou que a empresa declarou US\$ 12 bilhões por máquinas que custam, na realidade, menos de US\$ 5 milhões.

Em um comunicado publicado pelos jornais da Guiana, a petroleira afirmou que a importadora dos equipamentos cometeu um “erro administrativo”, mas que isso não resultou em perdas para o governo. Em audiência, a Esso negou responsabilidade pela falha, mas o caso ainda aguarda julgamento.

A reportagem fez diversos contatos à ExxonMobil e sua subsidiária na Guiana, a Esso, mas não obteve resposta aos pedidos de entrevista. Também enviamos questionamentos às petroleiras Hess e CNOOC, que não responderam. O governo da Guiana e a EPA foram procurados, mas não se manifestaram sobre os questionamentos feitos pela reportagem.

COMUNIDADES ESTÃO APREENSIVAS

MORADORES de comunidades costeiras e indígenas no entorno de Georgetown estão apreensivos sobre o avanço da indústria petrolífera no país. Na praia de Hope Beach, a 25 km da capital, um verdadeiro cemitério de embarcações expõe o declínio da pesca.

“Eram barcos usados na pesca, mas o pessoal colocou tudo à venda, e ninguém quis comprar”, disse o pescador Amran Samad.

Os pescadores relatam que a extração de petróleo desafia a atividade. Eles citam que o intenso tráfego de navios e a vibração das operações *offshore* afastam os cardumes. Além disso, a chegada de estrangeiros provocou a entrada massiva de peixes importados, vendidos a preços muito baixos, o que aumentou a concorrência e reduziu a demanda pelo pescado nativo.

Na comunidade de Anna Regina, a 60 km de Georgetown, uma placa alertava: “Os manguezais nos protegem e resguardam nossas produções do mar. Vamos protegê-los”.

Lá, Doodneith Mdehnai, que vende verduras e peixes em uma pequena banca, expressa sentimentos antagônicos. “Eu acho que o petróleo é bom porque traz dinheiro e empregos”, ele afirmou. Mas hesitou ao considerar um potencial impacto ambiental: “O mangue é a nossa fonte de vida. Se um vazamento atinge o mangue, acaba com tudo”.

Na comunidade indígena de St. Denny’s, a cerca de 100 km de Georgetown, a conselheira Donnet Frederick mostrou uma estufa de hortaliças construída com recursos da venda de créditos de carbono.

“Nossa comunidade recebeu 80 milhões de dólares guianenses [R\$ 2 milhões] dos projetos de créditos de carbono. Essa verba foi usada para criar uma granja, construir uma estufa e renovar nossa produção”, listou.

Em 2022, o governo da Guiana firmou um acordo com a Hess Corporation para a venda de 37,5 milhões de créditos de carbono ao longo de uma década. O projeto talvez seja o primeiro no mundo a lançar créditos no mercado voluntário em escala nacional.

O acordo abrange todas as florestas do país, que somam 180 mil km² e cobrem quase 90% do território nacional. Nessas áreas vive a maior parte da população indígena da Guiana, que representa cerca de 10% dos habitantes do país. Até 2032, a Hess deverá pagar US\$ 750 milhões ao governo guianense, com a promessa de que 15% desse valor será destinado exclusivamente aos povos tradicionais.



Comunidade pesqueira de Hope Beach: pescador e embarcações abandonadas após a queda na oferta de peixes com o início da exploração petrolífera; garça-moura; vista aérea da região.

Mas o líder indígena Mario Hastings alega que as comunidades foram seduzidas pelas promessas financeiras e não foram devidamente consultadas sobre o projeto.

Hastings foi por vários anos cacique (*toshao*) da aldeia Kako, na região de Essequibo, que esteve envolvida em uma recente disputa territorial com a Venezuela. Ele contou que, em 2022, quando ainda estava no cargo, participou de uma reunião do Conselho de Toshao na capital, onde a proposta foi levantada.

“Recebemos um calhamaço de páginas em inglês, com linguagem muito técnica, e pediram que déssemos uma resposta imediata”, disse Hastings. As comunidades indígenas da Guiana não têm o inglês como primeira língua.

“Não pudemos retornar ao nosso povo para mostrar a proposta. Eu disse não, disse que não poderia fazer isso com meu povo”, lembra. No fim, Hastings foi voto vencido pelo conselho, e o projeto foi aprovado.

Nicholas Peters, coordenador de políticas e *advocacy* da Associação dos Povos Ameríndios (APA), afirmou que os povos indígenas não têm recebido informações adequadas sobre o projeto de mercado de carbono nem sobre a exploração de petróleo. “A maioria das comunidades na área costeira não está ciente do que pode acontecer se houver um vazamento”, afirmou Petters, que defende discussões mais amplas sobre o assunto dentro das comunidades.

O projeto propõe comercializar créditos de carbono gerados pelas florestas para compensar as emissões da indústria petrolífera na Guiana. No entanto, uma análise do Instituto Internacional Arayara, realizada a pedido da reportagem, indica que grande parte dessa compensação seria anulada.

Isso porque as florestas guianenses armazenam cerca de 4,25 gigatoneladas (Gt) de carbono, equivalente a 15,6 Gt de CO₂. Já a queima das reservas de petróleo descobertas no país poderia liberar até 4,09 Gt de CO₂ na atmosfera. Na prática, o que se promete como solução climática pode se transformar em uma bomba de carbono.

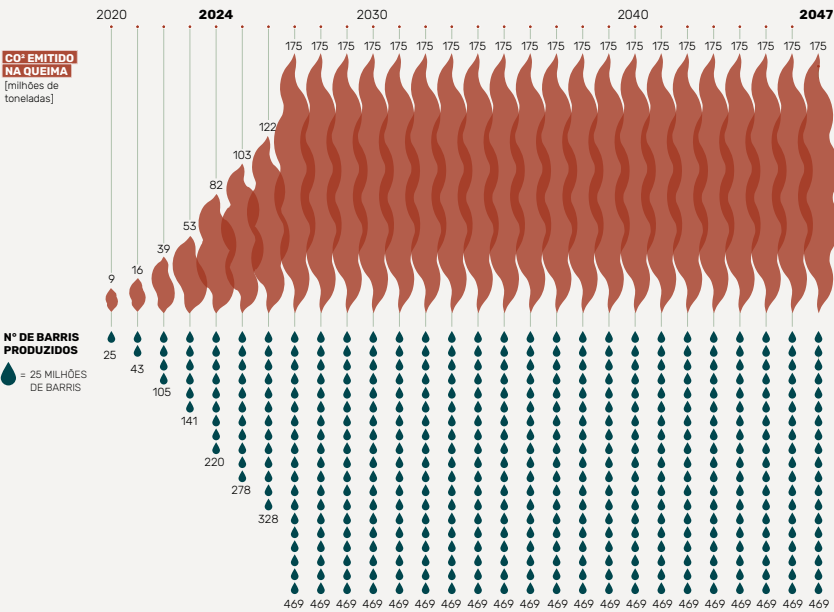
Outros fatores, como o desmatamento e as mudanças no uso da terra, já vêm afetando as florestas da Guiana – contribuindo para a perda de estoques de carbono e o aumento das emissões. Se novas reservas de petróleo forem abertas, as emissões diretas da atividade, somadas às da cadeia produtiva, podem ampliar ainda mais essa pressão.

“Surge a dúvida se, no futuro, a floresta será suficiente para equilibrar esse impacto”, questiona Joubert Marques, engenheiro ambiental do



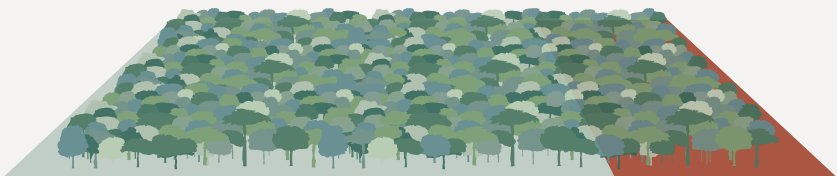
EMISSIONS DO PETRÓLEO COMPROMETEM BALANÇO DE CARBONO DA GUIANA

Estoque de carbono nas florestas da Guiana equivale a 15,6 Gt de CO₂, mas queima das reservas de petróleo já descobertas pela Exxon pode liberar 4,09 Gt até 2047 — anulando parte da compensação climática prometida com créditos de carbono.



11 BILHÕES

de barris de petróleo queimados até 2047



26%

do serviço da floresta anulados pela queima de petróleo

FONTE ARAYARA, EIA, GLOBAL FOREST WATCH

Instituto Internacional Arayara e consultor científico desta reportagem.

Em 2024, a APA e outras organizações publicaram um relatório criticando o projeto de carbono da Guiana. O documento destaca que o processo de certificação “violou as salvaguardas” dos povos indígenas ao conceder todas as florestas do país ao programa.

“Agora a gente está descobrindo que nossas florestas podem estar sendo ‘vendidas’ para as empresas que mais contribuem para os problemas climáticos, que são as de petróleo. Só que nós, indígenas, não sabemos o que foi assinado e qual foi o acordo, porque não houve consulta adequada”, disse Hastings.

Além da produção *offshore*, nossa investigação identificou áreas reservadas para exploração terrestre que se sobrepõem a 13 terras indígenas e a uma unidade de conservação na Guiana.

Trevon Baird, professor da Universidade da Guiana, questiona a noção de “progresso” baseada em créditos de carbono.

“Não se pode simplesmente despejar dinheiro nas comunidades sem considerar seus impactos culturais e ambientais”, afirma o antropólogo, que pesquisa os efeitos dessas transformações nas comunidades indígenas e afrodescendentes da Guiana e do Caribe.

O pesquisador diz que os povos indígenas e as populações mais vulneráveis são “alvos fáceis dos projetos” e também serão os mais impactados pelas mudanças climáticas.

DA COLÔNIA AO PETRÓLEO: EXPLORAÇÃO ESTRANGEIRA

POR SÉCULOS, a Guiana foi explorada por potências coloniais sem que encontrasse um caminho sólido para o desenvolvimento econômico. Após 467 anos de colonização europeia e 26 de ditadura, o país permaneceu pobre e dependente da agricultura, mesmo com a redemocratização em 1992.

A busca por petróleo na costa guianense seguiu a mesma lógica exploratória. Antes de encontrar reservas viáveis, as petroleiras estrangeiras perfuraram mais de 40 poços secos, sem indício de petróleo, ao longo de décadas. A ExxonMobil quase desistiu, relegando o país a segundo plano por alguns anos. A Shell, que detinha metade do bloco Stabroek, abandonou o projeto em 2014, pouco antes da perfuração decisiva.

Foi apenas em maio de 2015, após uma eleição presidencial, que a ExxonMobil revelou sua grande descoberta. Desde então, já foram feitas mais de 30 descobertas, com um volume de petróleo estimado em 11 bilhões de barris, avaliados em US\$ 1 trilhão.

O governo da Guiana passou a tratar o petróleo como o caminho para a redenção econômica do país. O início da produção, em 20 de dezembro de 2019, foi instituído como o Dia Nacional do Petróleo.

Embora o setor tenha impulsionado significativamente a economia, com o PIB batendo uma taxa de crescimento de 65% em 2022, a pobreza segue alta na Guiana. Naquele ano, o Conselho Econômico da ONU apontou que 43% da população vivia com menos de US\$ 5,5 diários por pessoa – abaixo da linha da pobreza.

O índice de desemprego de 14% é um dos mais altos da América Latina. As grandes obras, como a construção da ponte sobre o rio Demerara e os modernos prédios no centro de Georgetown, são tocadas por empresas chinesas que contratam, principalmente, trabalhadores asiáticos.

Com a descoberta de petróleo, a ExxonMobil passou a investir pesado em publicidade para moldar sua imagem no país. No estacionamento de um shopping no centro de Georgetown, um comediante anunciava que a petroleira distribuiria 100 mil dólares guianenses (cerca de R\$ 2,8 mil) para cada cidadão adulto do país — menos de dois salários mínimos na Guiana.

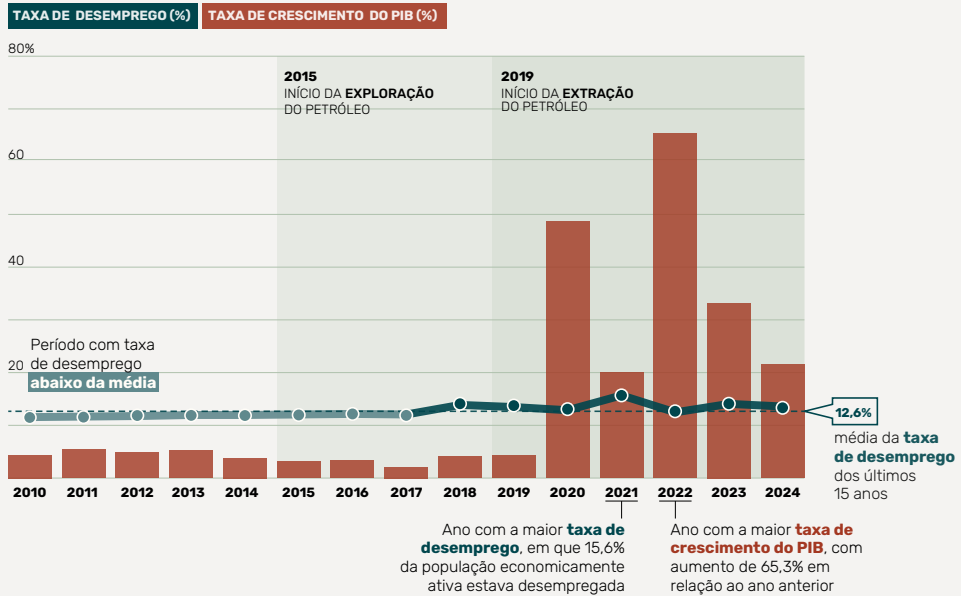
“Eu quero uma salva de palmas para a Exxon porque ela está transformando esse país. Por isso, teremos 100 mil no bolso de cada um de vocês”, disse ele em um evento que a reportagem presenciou em novembro de 2024.

Na verdade, o depósito foi feito pelo governo da Guiana, como uma espécie de “bolsa petróleo” a partir do valor arrecadado com os lucros da produção no país. Era o primeiro repasse de recursos direto à população desde o início das operações da Esso no país, mais de cinco anos antes, e o último planejado até então.

Era véspera de Natal e de ano eleitoral – as eleições presidenciais ocorrem em 2025, ainda sem data definida. O evento no shopping também contava com a presença de estrelas do críquete, esporte popular no país, cuja principal liga agora se chama ExxonMobil Guyana Global Super League. Ali, os jovens ganharam óculos escuros e as crianças ursos de pelúcia, todos estampando a marca da empresa.

PIB AUMENTA EM 15 ANOS, MAS NÃO SUSTENTA CRIAÇÃO DE EMPREGOS NA GUIANA

Taxa de desemprego era menor antes da extração do petróleo no país



FONTE BANCO MUNDIAL E BANCO CENTRAL DA GUIANA (BANK OF GUYANA)

SILICA CITY: A CIDADE PROMETIDA

AS QUEDAS de energia são constantes em Georgetown. Em um único dia, a equipe de reportagem experimentou três interrupções. Apesar das grandes reservas, a maior parte do petróleo extraído na Guiana vai para os Estados Unidos e países da Europa.

“Nós já estamos acostumados com as quedas de energia, só que com o passar dos anos elas estão ficando mais frequentes”, disse Minerva Cort, moradora de Georgetown.

O governo da Guiana, em parceria com a ExxonMobil, está desenvolvendo o projeto Gas-to-Energy, que pretende canalizar o gás das plataformas para suprir a eletricidade do país. O empreendimento vai custar cerca de US\$2 bilhões e é anunciado pela ExxonMobil como uma alternativa para reduzir suas emissões.



Jamala, filha de Minerva Cort, acende uma vela durante apagão rotineiro em sua casa no bairro Campbellville, Georgetown; lixão municipal na capital da Guiana.

O plano prevê a construção de um gasoduto que parte da área de extração em águas profundas, percorre aproximadamente 200 km até a costa e segue por mais 30 km em terra até a usina termelétrica na região de Wales.

Na verdade, um dos projetos mais ambiciosos é a construção da Silica City, anunciada pelo governo como a “cidade do futuro”. O projeto está sendo desenvolvido a 40 km de Georgetown, em parceria com a Universidade de Miami, mas pouco se sabe sobre ele.

A propaganda institucional exhibe uma metrópole futurista, com prédios modernos e tecnologia avançada integrada ao cotidiano dos moradores. Em um evento, em agosto de 2024, o presidente Ali apresentou sua visão do projeto: “Uma cidade com resiliência sustentável; uma cidade que é naturalmente bela, moderna e inovadora; uma cidade que é avançada em seu tempo”.

Mas enquanto a “cidade prometida”, com seus prédios altos e modernos não se concretiza, o futuro grandioso vendido pelo governo nacional e pelas petroleiras contrasta com a realidade diária de grande parte da população guianense.

Mais de 90% dos habitantes do país continuam vivendo abaixo do nível do mar. As canaletas que cortam Georgetown, projetadas para controlar os efeitos das marés na cidade, estão entupidas de esgoto e repletas de embalagens de *fast food* e refrigerante. A água encanada apresenta altos índices de contaminação.

Por enquanto, o lugar mais alto da cidade segue sendo a pilha de lixo que cresce incessantemente no aterro sanitário. Do alto da montanha de dejetos, é possível ter uma vista privilegiada do futuro que nunca chega.



Reportagem publicada em 08 de abril de 2025



Rio Putumayo, na Colômbia, onde a contaminação por petróleo ameaça povos indígenas.



COLÔMBIA

INDÍGENAS DA AMAZÔNIA COLOMBIANA DENUNCIAM POLUIÇÃO POR PETRÓLEO E AMEAÇAS DE GUERRILHAS

O presidente Gustavo Petro promete ao mundo interromper a exploração de petróleo e gás na Amazônia. Mas a Colômbia enfrenta um dos cenários mais desafiadores da região, onde indústria petrolífera, grupos armados e indígenas disputam os mesmos territórios.

POR PILAR PUENTES FOTOS POR JUAN CARLOS CONTRERAS

NA AMAZÔNIA COLOMBIANA, os espíritos guardiões ao redor do rio Putumayo — que também percorre Equador, Peru e Brasil — já não se revelam como antes. Os povos indígenas Siona e Inga contam enfrentar a pressão da exploração petrolífera e de grupos armados em seus territórios, enquanto veem seus rituais se enfraquecerem pela deterioração de seus rios.

A comunidade de Buenavista, onde vivem cerca de cem famílias sionas em um território oficialmente reconhecido desde os anos 1970, está situada nas proximidades do bloco Platanillo. Essa área de 142 km², no município de Puerto Asís, foi concedida para a exploração petrolífera à La Nueva Amerisur, subsidiária da chilena GeoPark, em 2006.

A 60 km de Buenavista, a comunidade Wasipungo, do povo Inga, vive situação parecida. Com território reconhecido há mais de duas décadas, está localizada próxima ao bloco Putumayo-1, operado pela canadense Gran Tierra Energy. Segundo a autoridade ambiental Corpoamazonia, mais de 95% de Villagarzón, município onde está o vilarejo, foi destinado à exploração petrolífera.

Os povos Siona e Inga são transfronteiriços. O rio Putumayo separa Colômbia e Equador, mas para eles, atravessá-lo de canoa não é cruzar uma fronteira, e sim percorrer um território ancestral com laços profundos. Segundo indígenas e especialistas, esses vínculos têm sido enfraquecidos pela presença de grupos armados, pela expansão da indústria petrolífera e por uma lógica estatal que vê as fronteiras mais como zonas de controle militar do que como territórios tradicionais que demandam serviços públicos.

“A fronteira é um território sem interesse para o Estado, é vista como uma terra devoluta, sem dono”, criticou María Espinosa, uma das advogadas que tem assessorado povos indígenas da região, da organização Amazon Frontlines.

‘FLORESTA NÃO É PARA EXTRAIR PETRÓLEO’

EM AGOSTO DE 2022, Gustavo Petro assumiu a presidência da Colômbia prometendo preservar a Amazônia. Em várias aparições, nacionais e internacionais, ele afirmou que a floresta não seria mais

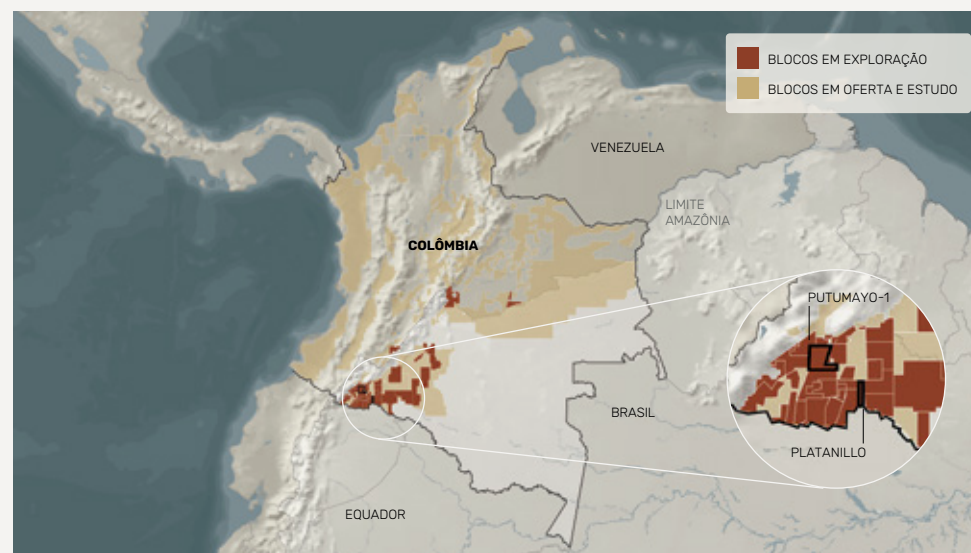
explorada para a extração de carvão, gás natural ou petróleo. “Não é para extrair petróleo da floresta”, disse em um evento na região amazônica de Caquetá em 2024.

Desde o início do mandato, nenhuma nova licença foi concedida para explorar a região, conforme a Agência Nacional de Hidrocarbonetos (ANH) do país confirmou à reportagem. O gabinete da Presidência, por sua vez, reforçou seu compromisso de “proteger a vida, especialmente em territórios biodiversos e sensíveis como a Amazônia” e reiterou sua decisão de não assinar novos contratos extrativistas na região.

Hoje, a Amazônia colombiana tem 132 mil km² reservados à exploração petrolífera, segundo nossa análise com base em dados compilados pelo Instituto Internacional Arayara até julho de 2024. Desse total, quase 80% estão disponíveis para oferta ao mercado — mas, por ora, não podem ser leiloados.

Andrés Gomez, pesquisador e engenheiro de petróleo, afirmou que a Colômbia é hoje um dos países latino-americanos mais assertivos contra a indústria fóssil. Ele citou a adesão do país ao Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, complementar ao Acordo de Paris, para frear a expansão dessas fontes de energia. O pacto é apoiado por apenas 16 países, em sua maioria pequenas nações do Pacífico e Caribe.

EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA COLOMBIANA



FONTE ARAYARA, RAISG, MAPBOX, OPENSTREETMAP

A Colômbia, segundo Gomez, está entre as signatárias do tratado mais dependentes do petróleo – a indústria foi responsável por 2,7% do Produto Interno Bruto do país em 2023. “Isso representa uma perspectiva distinta na região”, disse o pesquisador.

Essa postura combativa do governo Petro não significa, no entanto, que o petróleo desaparecerá imediatamente da Amazônia colombiana, como explicou o gabinete da Presidência à reportagem: “Os processos de exploração que ocorreram e podem ocorrer são amparados pelos contratos existentes com direitos adquiridos”. Ou seja: empresas como La Nueva Amerisur e Gran Tierra Energy devem continuar na região por um bom tempo.

Os contratos dos blocos Platanillo e Putumayo-1 têm vigência de 24 anos a partir da declaração de início da produção de seus poços, com possibilidade de prorrogação. Por isso, os prazos variam consideravelmente, mas é improvável que se encerrem ainda nesta década.

A subsidiária local da Gran Tierra, detentora do bloco Putumayo-1, opera 18 blocos na região amazônica, sendo três no Equador e os demais na Colômbia. Já a Nueva Amerisur administra dez blocos, todos na Amazônia colombiana, de acordo com nossa análise.

ENTRE O PETRÓLEO E A GUERRILHA

A EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA nos estados amazônicos de Putumayo e Caquetá começou em 1942, com a antiga Texaco (hoje Chevron) fazendo buscas por petróleo. Mas foi na segunda metade do século 20 que, segundo pesquisadores, começou o “surto petrolífero”.

Segundo a organização Crudo Transparente, a Texaco fez a primeira perfuração da Amazônia colombiana, no município de Orito, em 1963. A atividade impulsionou a urbanização e a migração, intensificando disputas por terras e recursos naturais, além de acirrar conflitos entre empresas, imigrantes e indígenas.

Em 1981, a Texaco deixou o país após sucessivas quedas na produção e transferiu seus ativos para a estatal Ecopetrol. Nos anos 2000, empresas voltaram a enxergar Putumayo e Caquetá como áreas estratégicas para a exploração, segundo a Crudo Transparente. Ao longo da década, o governo firmou novos contratos na região — muitos ainda em vigor.

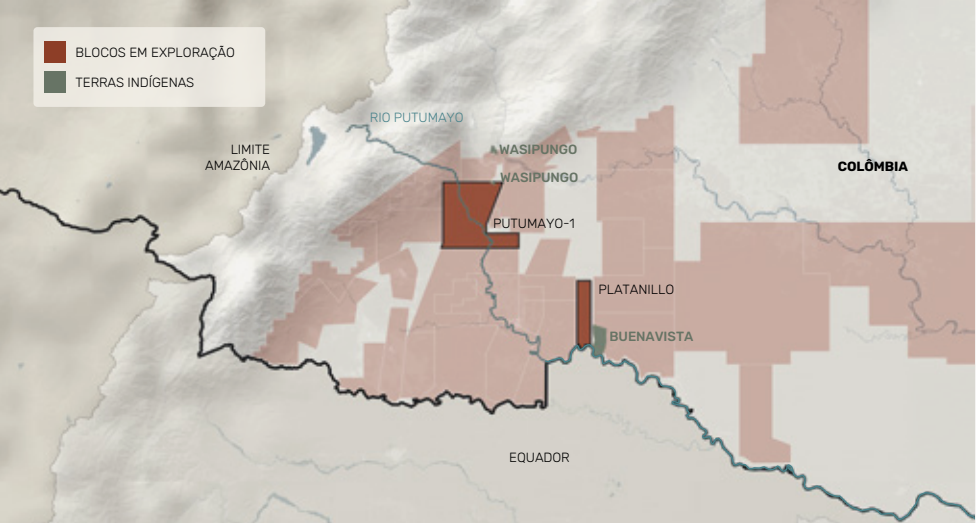
Em 2023, o governo colombiano lançou uma estratégia para aprimorar a gestão das reservas de petróleo em áreas com contratos ativos. Entre as medidas, está a criação de um sistema de alerta e resolução de conflitos, voltado a mediar tensões entre comunidades e empresas.

No entanto, a atuação do Estado enfrenta entraves: no fim de 2023, a ANLA, responsável pelas licenças ambientais, suspendeu as audiências públicas em Putumayo, alegando riscos à segurança de sua equipe. Uma dessas audiências discutiria o pedido da Nueva Amerisur para expandir seu projeto em Puerto Asís e representaria uma oportunidade para que a população expressasse dúvidas, preocupações e reivindicações.

Na Amazônia colombiana, 79 territórios indígenas são afetados por blocos petrolíferos — 18% das 441 terras indígenas na região amazônica, segundo nossa análise. Na Colômbia, essa sobreposição ocupa uma área de 2.590 km², colocando o país em terceiro lugar no ranking de interseções entre blocos e territórios indígenas, atrás de Equador e Peru, entre os nove países que compõem a Amazônia.

Esse cenário já motivou denúncias formais de diferentes povos indígenas da região. Um grupo de organizações civis denunciou “abusos corporativos” em territórios do povo Inga, destacando violações sistemáticas de direitos territoriais e ambientais, além da ausência

BLOCOS PLATANILLO E PUTUMAYO PRÓXIMOS A TERRITÓRIOS DOS POVOS SIONA E INGA



FONTE ARAYARA, RAISG, MAPBOX, OPENSTREETMAP



de consulta prévia, livre e informada. Áreas usadas para a coleta de plantas medicinais foram desmatadas e cobertas por concreto. Situação semelhante foi registrada entre os Siona: um relatório da organização Ambiente y Sociedad denuncia a falta de consulta prévia diante da exploração de petróleo próxima a seu território.

Para a organização Ambiente y Sociedad, há ainda uma conexão entre a presença de grupos armados e a atuação da indústria petrolífera em Putumayo. Durante o controle das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) na região, as petroleiras foram alvo de extorsões e ataques que provocaram grandes vazamentos de óleo. Guerrilheiros também roubavam petróleo para financiar suas operações, chegando a operar refinarias próprias. Em 2015, um desses episódios levou a uma ação judicial na Inglaterra movida por comunidades de Puerto Asís contra a Nueva Amerisur, encerrada por meio de conciliação.

O acordo de paz firmado em 2016 levou à desmobilização das Farc, representando um marco na busca pela pacificação da Colômbia. No entanto, também provocou a fragmentação do poder entre os grupos armados, que hoje disputam o controle de territórios estratégicos na fronteira, abundantes em plantações de coca e recursos naturais, como Putumayo.

Hoje, a facção Comandos de la Frontera, que ocupa a região, impõe restrições a quem se opõe à exploração e transporte de petróleo, além de atuar na segurança privada de oleodutos e campos de extração, segundo moradores e a Ambiente y Sociedad.

“Desde que as Farc foram desmobilizadas, nunca mais vimos um caminhão-tanque derramando petróleo pelas estradas, como acontecia. E agora que os Comandos da Fronteira estão em Puerto Asís, eles não mexem com a petroleira”, afirmou um morador do município.

Já a Frente Carolina Ramírez, outra dissidência ativa na região, adota uma postura mais permissiva diante de protestos com bloqueios de campos e estradas, segundo a Ambiente y Sociedad. Algumas empresas do setor, inclusive, têm sido vítimas de extorsão, e pelo menos três ataques à infraestrutura petrolífera foram registrados nos primeiros meses de 2024.

UMA LUTA EM MEIO AO SILÊNCIO

AS CASAS DE BUENAVISTA estão separadas por poucos metros e rodeadas por árvores de buriti, araçá, cupuaçu e outras frutas típicas da Amazônia. É o maior vilarejo do povo Siona entre os 12 localizados às margens do rio Putumayo e seus afluentes do lado colombiano.

Os Siona têm uma longa trajetória de resistência para permanecer em seu território, enfrentando sucessivas ameaças — da extração de látex e do comércio de peles amazônicas ao avanço da mineração, dos conflitos armados e, mais recentemente, da indústria petrolífera.

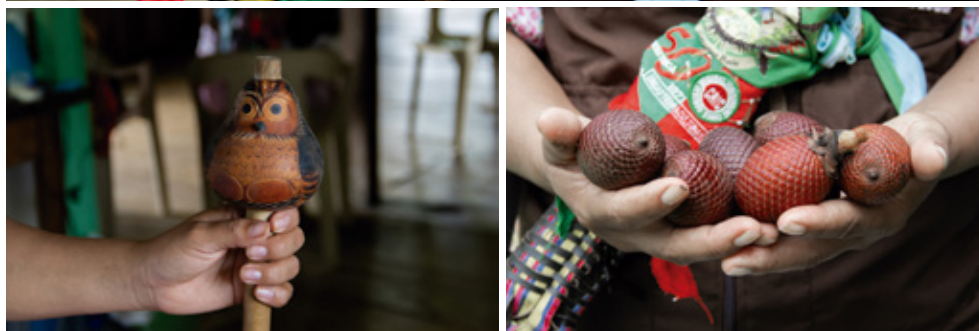
Essa luta se intensificou em setembro de 2023, quando uma disputa territorial eclodiu entre os grupos Comandos de la Frontera e Frente Carolina Ramírez. Naquele ano, ao menos 2.900 pessoas de 1.156 famílias sionas foram confinadas, enquanto outras sofreram deslocamento forçado, segundo um relatório do governo de Putumayo.

“A comunidade está totalmente isolada, porque a rota de transporte fluvial foi suspensa e as redes de telefonia e internet não funcionam”, dizia um comunicado divulgado pelos indígenas logo após a eclosão do confronto. “As famílias que decidiram ficar estão em uma situação de extrema vulnerabilidade devido à falta de acesso a meios de subsistência. O medo é constante, já que os confrontos podem atingir as casas”.

As famílias isoladas dizem que ficaram sem acesso às suas *chagras* — roças tradicionais do povo Siona, enquanto integrantes das facções armadas, assim como do Exército, circulavam pelo território. Um toque de recolher foi imposto a partir das 18h, e as escolas fecharam temporariamente. Essas pessoas relataram que a disputa territorial colocou os indígenas “ainda mais em perigo” e que eles foram “ameaçados e impedidos de fazer denúncias”.

Após os primeiros confrontos de 2023, uma equipe médica e uma delegação dos governos de Putumayo e da Colômbia, além de representantes da ONU, conseguiram acessar a área e definiram um plano para protegê-los. Porém, vários entrevistados afirmaram que os compromissos não foram cumpridos. A situação segue instável nesses territórios.

Apesar do isolamento dos Siona e das ameaças a vários indígenas e pequenos agricultores, a Nueva Amerisur não interrompeu suas operações. “Nós víamos os trabalhadores da empresa chega-



Detalhe do uniforme da guarda indígena de Buenavista, responsável por patrulhar o território e proteger a floresta e seu entorno; artesanato do povo Siona; buriti, fruto de uma palmeira típica da região.

rem sem nenhum problema. Entravam no bloco de petróleo pela manhã e víamos as máquinas que usavam para abrir a estrada que estão construindo”, relatou um morador de Puerto Asís. Procurada pela reportagem em várias ocasiões, a empresa não se pronunciou.

María Espinosa, da Amazon Frontlines, hoje depende de medidas cautelares para protegê-la das ameaças de morte que recebeu por conta de seu trabalho: “Acompanhar as comunidades e denunciar as violações de seus direitos teve um custo, teve um preço. Está sendo cada vez mais visível e recorrente o controle que os grupos armados têm sobre os territórios”.

Já os indígenas têm diferentes mecanismos de proteção. Ainda em 2009, a Corte Constitucional da Colômbia – equivalente ao Supremo Tribunal Federal no Brasil – emitiu uma declaração de risco de extermínio de 34 povos por causa dos conflitos armados. Esse termo exigia que o governo tomasse medidas de proteção a vários grupos indígenas historicamente afetados pela violência, incluindo os Siona e Inga.

Em 2018, algumas comunidades, entre elas Buenavista, foram amparadas por medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para proteger o território siona. Elas foram ampliadas em 2024 diante da intensificação das ameaças.

A comissão exigiu que as autoridades identificassem e mitigassem os riscos aos territórios e às populações. No entanto, indígenas ouvidos pela reportagem denunciaram que o Estado não cumpriu suas obrigações, e grupos armados continuaram a ampliar a violência na região.

‘TUDO TEM GOSTO DE PETRÓLEO’

A CHEGADA DO PETRÓLEO aos territórios dos Siona e Inga trouxe, segundo eles, a contaminação das águas, a restrição de acesso a áreas sagradas e o barulho que perturba sua harmonia.

Para os moradores de Buenavista, a relação com a água precisou mudar. O rio Putumayo é essencial para a subsistência e as tradições ancestrais dos Siona, povo que vive da pesca e das colheitas e que pratica rituais com ayahuasca. No entanto, como relataram os indígenas, eles já não conseguem mais beber a água dos igarapés nem do rio, e tampouco pescar.



“Tudo tem gosto de petróleo. Os peixes agora são menores, têm gosto de gasolina e não podem ser consumidos desde que a petroleira chegou”, disse um indígena.

Outro indígena afirmou que a palavra “petróleo” não tem tradução em sua língua: “Uma palavra que não está em nosso idioma não deve estar no território”.

Os indígenas também relatam que a contaminação da água é especialmente preocupante nos afluentes do rio Putumayo, como no Caño Singuiya, considerado sagrado pelo povo Siona.

A água é fundamental no ritual com ayahuasca de indígenas amazônicas. Não apenas na preparação da bebida, mas também para a purificação, conexão espiritual e cura. As cerimônias geralmente ocorrem perto de rios sagrados.

“Não podemos fazer nossas viagens”, afirmou um pajé. “A água para ferver e preparar a ayahuasca está contaminada”.

Além disso, as comunidades indígenas de Puerto Asís dependem da água da chuva para sobreviver. Sem condições de usar a fonte mais próxima devido à má qualidade da água, as famílias instalaram sistemas de captação nas próprias casas de madeira para atender a necessidades básicas, como o banho. “As crianças adoecem se tomam banho nos rios ou nos igarapés. Elas desenvolvem erupções na pele”, relatou um indígena.

No entanto, faltam estudos sobre a qualidade da água nos rios da região, e o monitoramento por parte das autoridades é limitado. Questionado sobre o tema, o Ministério do Meio Ambiente não respondeu à reportagem. Já a Corpoamazonia afirmou não ser responsável por fiscalizar esses impactos, mas reconheceu ter recebido denúncias contra a indústria petrolífera em Puerto Asís: um vazamento de águas residuais em 2015 e dois derramamentos de óleo em maio e julho de 2016. Todos os casos foram atribuídos à Nueva Amerisur, que não se pronunciou à reportagem.

A advogada María Espinosa explica haver acidentes na indústria do petróleo “facilmente encobertos, porque muitas vezes não são reportados ou são justificados”. Ela completa: “Tudo depende da transparência da Amerisur”.

Em Wasipungo, membros do povo Inga também denunciam a deterioração da qualidade da água, preocupação compartilhada pela Ambiente y Sociedad. O caso mais recente ocorreu em outubro de 2024, quando indivíduos não identificados causaram um vazamento

de óleo no igarapé Danta laku — caminho ancestral dos Inga e corredor ecológico para espécies nativas. Segundo a organização, a Gran Tierra afirmou ter adotado medidas emergenciais e recolhido galões da mistura de água e óleo. Procurada pela reportagem, a empresa não se manifestou.

Moradores da região reclamam ainda do constante ruído da atividade petrolífera. “É terrível quando eles estão trabalhando, o barulho é constante”, disse um indígena de Buenavista. As máquinas continuam a fazer barulho até durante a noite, o que, segundo ele, os impede de dormir, e “os consumidores de ayahuasca não conseguem se concentrar”.

Também faltam estudos sobre a qualidade da água e os níveis de poluição sonora em Buenavista. Em 2017, órgãos do governo colombiano visitaram a área e constataram o desmatamento no entorno de uma nascente em Puerto Asís. Indígenas relataram na época — e recentemente também à reportagem — que a instalação de uma plataforma da Nueva Amerisur contaminou a zona de La Rosa com o despejo de águas residuais.

Após a inspeção dos órgãos locais, foi recomendada a realização de um estudo ambiental na área e a comunicação das medidas de remediação ao governo. Sete anos se passaram, e não há qualquer informação sobre a execução desses estudos, segundo moradores.

Agricultores familiares da zona La Perna, em Puerto Asís, também se mobilizaram contra a indústria petrolífera. Um documento reservado, acessado pela reportagem, denuncia impactos ambientais ligados à exploração do bloco Platanillo, operado pela Nueva Amerisur.

A denúncia se baseia em um relatório da Corporación Integral del Medio Ambiente, empresa de consultoria ambiental, que alerta, entre outros pontos, que a construção da estrada entre as zonas rurais de La Aldea e La Rosa — ligando dois campos petrolíferos — resultou na destruição de uma área úmida.

O relatório sinaliza ainda alterações na composição química do solo, afetando gravemente as *chagras*. “O pH apresenta uma concentração de 5,9, considerada moderadamente ácida, influenciada pelos resíduos de hidrocarbonetos”, detalha o documento. “Isso resulta em uma menor disponibilidade de nutrientes para as plantas”.

Uma das pesquisas sobre a contaminação na região foi realizada em 2022 pelo instituto amazônico de pesquisas científicas Sinchi. O estudo analisou a presença de petróleo e outros químicos nos rios



San Miguel e Putumayo, em Puerto Asís. Os resultados revelaram que, na década anterior, pelo menos 170 km² foram impactados por vazamentos de óleo, resultantes tanto de falhas operacionais quanto de ações de grupos armados.

Além disso, a Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável, organização dedicada à preservação da Amazônia, publicou no final de 2024 uma análise baseada em dados da ANLA. O relatório mostrou que, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023, a agência registrou 49 denúncias por infrações ambientais relacionadas ao setor de petróleo.

Com base em uma análise de dados do governo colombiano, identificamos 28 denúncias por infrações ambientais ligadas à extração petrolífera na Amazônia entre 2013 e 2024. A contaminação do ecossistema foi a violação mais frequente, respondendo por 19 casos (67%). Foram denunciados ainda o desmatamento em áreas dos blocos e o desrespeito dos limites estabelecidos para a atividade.

A Gran Tierra e a Amerisur são as principais responsáveis pelas denúncias, acumulando juntas 11 casos — quase 40% do total. A ANH também aparece com seis registros. Não há informações sobre penalidades aplicadas.

Sem apoio do Estado, o povo Siona assumiu a própria defesa por meio da guarda indígena — homens e mulheres que, com bastões em mãos, patrulham o território para proteger a floresta ao redor. Conhecidos como *cuiracuas*, esses guardiões surgiram de um processo político e organizativo voltado à preservação da cultura e da governança territorial. Na linha de frente da proteção física e espiritual da terra, eles enfrentam ameaças constantes, deslocamentos forçados e confinamentos impostos por grupos armados.

Mas os *cuiracuas* não puderam salvar o proeminente pajé Luis Felinto Piaguaje Yaiguaje. Segundo seu povo, ele “morreu de tristeza” em 2018 — uma perda que os Siona ainda não superaram. Na época, a Defensoria do Povo, órgão nacional de direitos humanos, afirmou em comunicado que a saúde do pajé “se deteriorou constantemente” devido aos impactos das operações petrolíferas na região, realizadas “sem consulta prévia, nem licença ambiental”.

Para os povos da região, a exploração petrolífera não afeta apenas a qualidade de vida, explicou María Espinosa; a atividade provoca um impacto profundo nos pensamentos, nas formas de viver e na própria relação com o mundo.

“O petróleo o matou, contaminou sua nascente e aquele ancião nunca mais pôde pegar água desse igarapé para preparar seu ayahuasca. Não sentia dor nos ossos, não tinha um tumor, simplesmente se apagou como uma pequena vela porque nunca mais pôde conversar com o [espírito do] tigre, que nunca mais falou com ele”.



Reportagem publicada em 10 de abril de 2025



Homem é atendido no corredor de um posto de saúde da cidade de Mazán, Loreto, na Amazônia peruana.



PETRÓLEO GERA ROYALTIES, MAS NÃO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA PERUANA

A exploração de petróleo no Peru gera milhões para obras públicas, mas, em 2023, apenas metade dos recursos chegou a municípios amazônicos. A cidade de Mazán é um exemplo claro da distância entre o dinheiro arrecadado e os benefícios concretos para a população.

POR ARAMÍS CASTRO FOTOS POR MARCO GARRO



O PORTO DE MAZÁN, no estado amazônico de Loreto, no Peru, tem um cais precário, que apresenta riscos à segurança. Suas rampas, corroídas em vários pontos, parecem estar prestes a desabar. Quem chega ao município se depara com uma margem tomada por detritos plásticos, onde crianças e jovens brincam descalços.

O município é banhado pelo rio Napo, afluente do gigante Amazonas. Ali, o transporte fluvial começa às seis da manhã. É nesse horário que Aldo Alexis Tuesta Fung, de 18 anos, começa a descarregar mercadorias para abastecer empresas locais. Para isso, precisa atravessar passarelas de madeira estreitas e instáveis. Ele trabalha até o meio-dia. Depois descansa com um mergulho no rio.

“Mazán está crescendo, mas nada melhora. Há pobreza, e o prefeito não faz nada. Nós deveríamos ter um bom mercado, uma boa praça e um porto decente. Olhem o estado disto aqui”, disse ele, apontando ao redor.

Não há sinais de investimentos em melhorias urbanas. A única obra prevista para ser inaugurada, em outubro de 2024, era uma escultura de um homem segurando um pirarucu — peixe típico dos rios amazônicos e fonte de sustento para muitas comunidades — sobre letras coloridas, em maiúsculas, que formam a palavra: MAZÁN.

O pessimismo de Fung com as condições de vida dos pouco mais de 14 mil habitantes de Mazán tem respaldo em estatísticas. Mais da metade da população, dedicada principalmente à agricultura e pesca, não consegue comprar nem uma cesta básica por família a cada mês, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI).

Na maioria das casas, a eletricidade está disponível apenas por algumas horas pela manhã e à noite, enquanto o abastecimento de água potável ocorre duas ou três vezes por semana. Além disso, 57% das moradias não têm banheiro, segundo dados do INEI.

As obras inacabadas ou jamais iniciadas refletem o abandono do município: várias construções públicas ficaram pela metade, ruas centrais seguem sem pavimentação, e o lixão — a menos de dez minutos de carro do centro — exala um cheiro pútrido, compondo uma cena desoladora na cidade.

As deficiências contrastam com os mais de 14 milhões de soles (R\$ 22 milhões) previstos para Mazán em 2025 — valor que representa 64% do orçamento municipal no ano, segundo o portal de Transparência Econômica, responsável por divulgar a aplicação dos recursos públicos no Peru.

Mazán é uma zona de passagem do petróleo extraído em Loreto. Embora não haja operações diretas em seu território, o município recebe uma parcela dos recursos pagos pelas petroleiras ao Estado peruano. Esses recursos deveriam ser destinados à promoção do desenvolvimento local, mas nossa análise com base em dados públicos revela que os repasses não têm cumprido o papel de aliviar a pobreza local.

EM BUSCA DE COMPENSAÇÃO

NA AMAZÔNIA PERUANA, a atividade petrolífera começou há mais de 50 anos. Em 1971, a estatal Petroperú descobriu as primeiras reservas na bacia do rio Corrientes, em Loreto. A partir daí, começou uma verdadeira corrida pela exploração, que chegou a ter 14 empresas, nacionais e estrangeiras, operando na zona.

Desde então, surgiram debates e pressões sobre a divisão dos recursos gerados pela exploração de recursos naturais. O sistema de redistribuição foi estabelecido entre as décadas de 1970 e 1980, de forma independente em cada estado.

Loreto saiu na frente ao aprovar uma regulamentação em 1976, quando a população já enfrentava décadas de exploração madeireira e da borracha, além da violência contra os povos indígenas associada às indústrias extrativistas. Diante desse histórico, os moradores exigiram uma compensação: que as petroleiras pagassem uma taxa de 10% sobre a produção — uma reivindicação que acabou sendo aprovada.

Décadas mais tarde, em 2001, uma lei nacional ampliou o mecanismo de compensação para abranger outros setores extrativistas, como mineração, gás natural, hidroenergia, pesca e exploração madeireira. Em 2011, a alíquota aplicada em Loreto e outras regiões foi atualizada para 15% — percentual que permanece em vigor.

Na prática, há duas formas de arrecadação. De um lado, está a chamada *regalía*, um pagamento direto feito pelas empresas ao Estado pelo direito de exploração — uma taxa sobre a extração, equivalente ao que no Brasil se conhece como *royalty*. De outro, está o *canon*, transferência que o governo nacional faz aos governos estaduais e municipais a partir da arrecadação do imposto de renda das petroleiras.

Pela lei peruana, os investimentos do *canon* devem ser aplicados exclusivamente em obras públicas que visem melhorar a qualidade



Obra pública com escultura de pirarucu, peixe típico dos rios amazônicos, na cidade de Mazán; trabalhadores constroem escola primária; vista aérea do município às margens do rio Napo, na Amazônia peruana.

de vida da população. Em alguns municípios, esses recursos representam mais de 40% de seu orçamento total, segundo nossa análise com base em dados do governo peruano.

Paralelamente, comunidades tradicionais e indígenas por décadas reivindicaram compensações pelos danos que a indústria petrolífera provocou aos ecossistemas que elas habitam. Em 2006, intensos protestos em Loreto levaram à assinatura de um acordo entre governo nacional e líderes locais, que garantiu avanços no enfrentamento dos impactos ambientais deixados em áreas da Amazônia.

Desde então, os governos estaduais e municipais das áreas onde há exploração ou por onde passa a produção de petróleo devem investir 5% do que recebem do *canon* petrolífero em projetos para as comunidades afetadas. No entanto, a implementação dessa norma tem sido um “fiasco”, segundo o economista Roger Grández Ríos, diretor do Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico do Peru.

A análise de Ríos mostra que, entre 2007 e 2021, apenas 33 dos 131 milhões de soles destinados às comunidades de Loreto foram efetivamente investidos — o equivalente a R\$ 51 milhões de um total de R\$ 205 milhões previstos. Nesse período, só 13 das 117 obras planejadas saíram do papel.

Enquanto isso, os danos ambientais seguiram se acumulando ao longo dos anos. Um levantamento da Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos revelou que, entre 1997 e maio de 2023, o governo peruano registrou 1.460 emergências por vazamentos de óleo. Desses casos, 831 — o equivalente a 57% — ocorreram em território amazônico.

PARADOXOS DO PETRÓLEO: DEPENDÊNCIA E MÁ EXECUÇÃO

DESDE QUE ASSUMIU o cargo em 2022, o governo da presidente Dina Boluarte tem demonstrado interesse em avançar com a exploração petrolífera na Amazônia apesar da resistência de grupos indígenas e dos graves impactos ambientais deixados em um bioma crucial para o controle do aquecimento do planeta.

Grande parte da extração de petróleo nacional ocorre na Amazônia peruana. Dos 77 blocos destinados à atividade no país, quase a metade — 42 áreas — está localizada na região amazônica, segundo dados compilados pelo Instituto Internacional Arayara. Dentre as

áreas concedidas a empresas, 15 dos 44 blocos estão na Amazônia. Em fevereiro, o Peru produziu cerca de 1,3 milhão de barris de petróleo – uma média de 46 mil barris por dia. Quase metade desse volume vem do bloco 95, operado pela canadense PetroTal.

Loreto é o principal estado da Amazônia peruana voltado à exploração de petróleo e o segundo maior produtor do país, ficando atrás apenas da região costeira de Piura. No primeiro semestre de 2024, a produção de petróleo bruto em Loreto cresceu 16% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, o setor respondeu por 97% das exportações do estado, segundo dados do Ministério de Comércio Exterior e Turismo.

No entanto, o interesse do governo nacional pelo setor petrolífero surge em um contexto de retração nos contratos vigentes com empresas. Dos 82 acordos em vigor em 2011, apenas 31 permaneciam ativos em 2023 — ano em que apenas um novo contrato foi assinado, segundo relatório recente do Instituto para a Governança dos Recursos Naturais (NRGI, na sigla em inglês).

Em sua publicação, o NRGI aponta que a redução no número de contratos vigentes se deve a uma combinação de obstáculos econômicos à produção petrolífera, incluindo a estagnação dos investimentos no setor, os altos custos de extração, a perspectiva de queda nos preços globais do barril e os passivos ambientais decorrentes de vazamentos e outros danos ambientais.

Embora isso possa ser uma boa notícia para o meio ambiente, também é verdade que o declínio da atividade representaria um golpe no orçamento de muitos municípios. Cinco blocos de petróleo são atualmente produtivos na Amazônia peruana, e os municípios que os abrigam dependem significativamente das *regalías* e do *canon*.

No caso de Mazán, essa dependência ficou ainda maior: o *canon* representava 50% do orçamento municipal em 2024 e ultrapassou os 60% previstos para 2025, segundo nossa análise com base em dados do governo peruano. Porém, após duas décadas recebendo esses recursos, não há sinais de melhorias nos indicadores sociais do município. Tampouco houve avanços em outras cidades da região de Loreto.

Essa realidade ficou palpável durante nossa visita à cidade. No local onde havia uma floresta, hoje existe um lixão improvisado, que recebe tudo o que é descartado de Mazán e onde galinhas ciscam entre os restos de comida e outros resíduos.

Todos os dias, às cinco da manhã e às quatro da tarde, Rony Machacuri López, de 50 anos, e um colega estão entre os funcionários

que transportam de van o lixo coletado em Mazán até esse ponto. Embora não estejam na folha de pagamento e não tenham benefícios trabalhistas, o emprego da prefeitura lhes garante um salário mínimo.

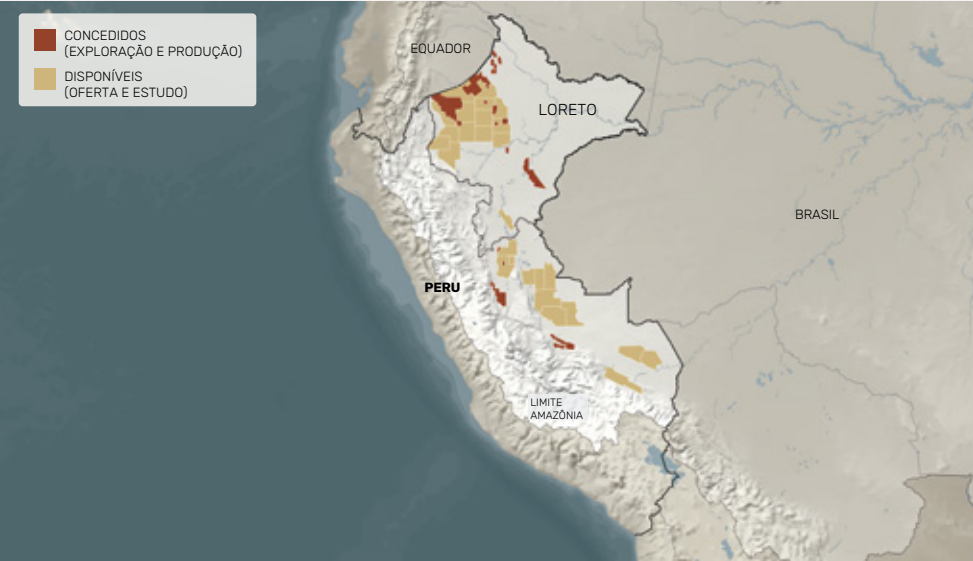
“As autoridades não se importam e não dizem nada. Precisamos de uma nova máquina [para mover os resíduos] e um novo depósito”, disse López. Hoje, eles pisam sobre placas de madeira para acessar o local onde “poderia ter uma rampa de concreto”.

Essa rampa e outras melhorias no lixão de Mazán já deveriam ser uma realidade. Em 2023, o Ministério da Economia e Finanças confirmou um projeto para renovar a gestão de resíduos sólidos do município com recursos de 150 mil soles (R\$ 250 mil) do *canon*.

A obra sequer começou. Ao ser questionado sobre o tema em outubro de 2024, o prefeito de Mazán, Mauro Díaz Góngora, justificou a paralisação dizendo que o projeto havia sido planejado pela gestão anterior, encerrada no fim de 2022.

Díaz Góngora afirmou que a prefeitura comprou um terreno de três hectares para instalar um novo centro de coleta de lixo. Despa-chando de um amplo gabinete com ventiladores ligados para amenizar o calor intenso de uma seca severa em Loreto, o prefeito acrescentou que essa obra está prevista para ser concluída em 2025.

BLOCOS DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA PERUANA



FONTE ARAYARA, RAISG, MAPBOX, OPENSTREETMAP

Desde 2015, poucos projetos voltados à melhoria de serviços básicos foram financiados com recursos do *canon*, segundo dados da Transparência Econômica. Além da proposta atual de renovação do centro de coleta de lixo, destacam-se duas iniciativas: uma voltada ao abastecimento de água potável e outra à iluminação pública.

Boa parte desses recursos sequer são utilizados. Em 2023, Mazán executou 62% dos quase 4 milhões de soles (R\$ 6,6 milhões) do *canon*, conforme análise baseada nos dados do Ministério de Economia e Finanças (MEF). Em 2024, o município aplicou 52% dos mais de 9 milhões de soles (R\$ 15 milhões) da mesma rubrica.

Com relação à baixa execução dos recursos, o prefeito Díaz Góngora disse, em outubro de 2024, que o índice seria atualizado “no final de novembro ou metade de dezembro” daquele ano, quando as obras seriam pagas. Mas em meados de março de 2025, a plataforma do MEF ainda mostrava uma taxa de conclusão de 52%.

Afinal, em que foi gasto o *canon*? Entre 2023 e 2024, a maior parte foi aplicada na abertura de ruas e na renovação de uma quadra esportiva, cujo orçamento soma 1,3 milhão de soles (R\$ 2,2 milhões). Inaugurada em 2024, a quadra é citada por moradores de Mazán como um dos principais legados desta administração.

O prefeito se esquivou de responder sobre as prioridades de sua gestão para o município ou o destino dos recursos não aplicados. Limitou-se a dizer que os valores foram usados na produção de “arquivos técnicos” — documentos que detalham projetos públicos e são enviados ao MEF, responsável por definir a distribuição dos repasses do *canon*. Em 2025, Díaz Góngora garantiu, “as obras virão”.

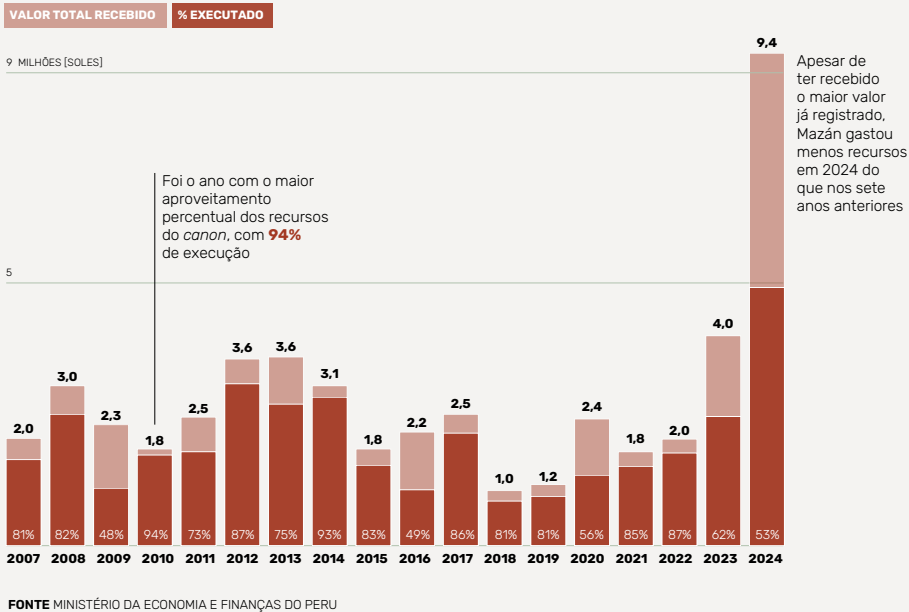
Mazán é apenas um exemplo da subutilização do *canon* em Loreto. Em 2023, o governo regional administrou um orçamento superior a 482 milhões de soles (R\$ 755 milhões) provenientes do petróleo e deixou de executar mais de 20% desse valor.

Durante nossa visita à região, estivemos nos escritórios do governo de Loreto para entrevistar os responsáveis pelas obras públicas desenvolvidas a partir do *canon*. Mas nenhum funcionário ou assessor de imprensa atendeu aos nossos contatos.

Também analisamos o montante de *canon* recebido em 2023 por 13 municípios amazônicos de Loreto que contam com blocos de petróleo em suas jurisdições. Eles receberam quase 79 milhões de soles (R\$ 123 milhões), mas gastaram, em média, 45% disso. Em alguns casos, não chegaram a aplicar nem 12% do que receberam.



QUANTO MAZÁN RECEBEU E EXECUTOU DO CANON PETROLÍFERO



DEFICIÊNCIAS GENERALIZADAS NO USO DOS ROYALTIES

EM OUTROS PAÍSES que compreendem a Amazônia, a distribuição de *royalties* está diante de uma série de desafios.

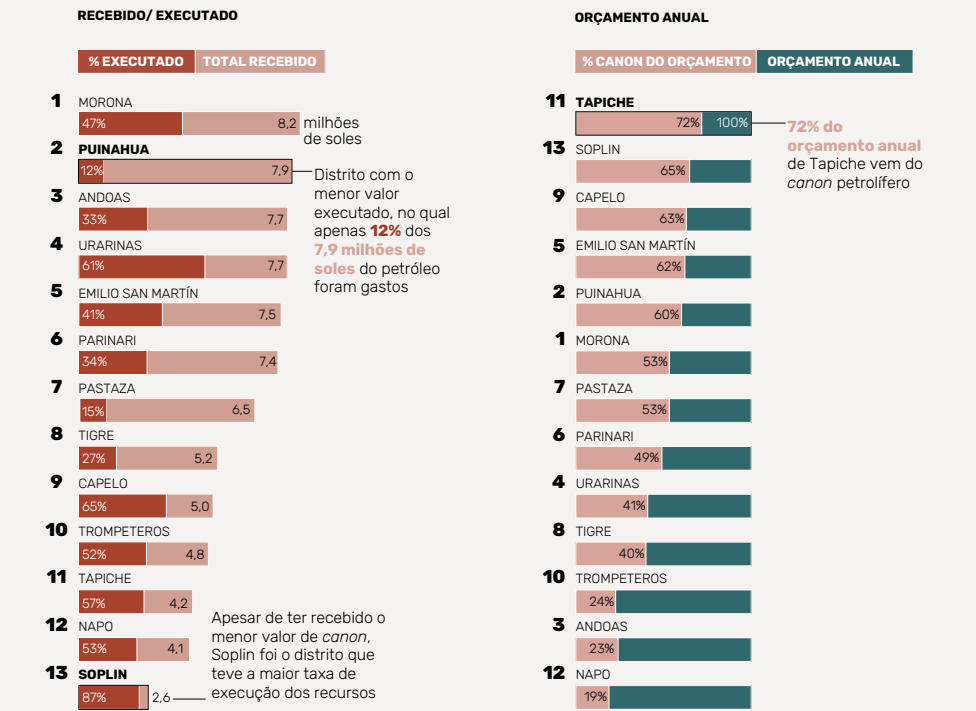
A Guiana, por exemplo, enfrenta dificuldades com o contrato firmado com a Esso, subsidiária da norte-americana ExxonMobil, que domina a exploração de petróleo no país. O acordo estabelece *royalties* de apenas 2% — um percentual bem abaixo do praticado em outros países, como o Brasil e o Peru, onde as alíquotas chegam a 15%.

Mesmo no Brasil, um estudo da Universidade Federal de Sergipe concluiu que, contraditoriamente, os municípios mais dependentes dos *royalties* do petróleo reduziram suas despesas em setores como a educação — embora a legislação nacional determine que parte das receitas seja destinada à área.

E na Colômbia, um relatório da Pontifícia Universidade Javeriana destacou que a aplicação dos *royalties* resultou em “projetos de baixo impacto, falhas na formulação, aprovação e execução das iniciativas, além da proliferação de casos graves de corrupção”.

DEPENDÊNCIA DOS DISTRITOS PRODUTORES DE PETRÓLEO DE LORETO DO CANON PETROLÍFERO

Treze distritos com atividade petrolífera recebem parte expressiva de seus orçamentos do *canon* — em alguns casos, mais da metade.



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS DO PERU

Mas como explicar que cidades como Mazán e outras em Loreto não utilizem os recursos que recebem do *canon* de petróleo para melhorar as condições de vida, muitas vezes precárias, de seus habitantes da Amazônia peruana? A resposta é complexa, segundo especialistas.

Karla Gaviño Masías, professora da Escola de Gestão Pública da Universidade do Pacífico, explica que a aplicação dos recursos enfrenta vários obstáculos e, em parte, decorre da falta de profissionais treinados para planejar o investimento nas obras.

Outra crítica é que o sistema foca apenas em infraestrutura, ignorando problemas urgentes. Para a especialista, o problema não é, necessariamente, ter que investir em obras públicas, mas o risco disso desviar seu propósito de reduzir desigualdades.

Epifanio Baca Tupayachi, economista e coordenador de projetos do Grupo Proposta Cidadã, propõe “flexibilizar o uso do *canon*”, de modo a custear bens e serviços básicos, como saúde e educação. Diferente do Peru, países como Brasil e Colômbia não têm uma regra que limite o uso de *royalties* apenas para a infraestrutura.

Porém, mesmo que as condições fossem relaxadas, surge outro problema: quais são os critérios para priorizar um projeto em detrimento de outro? Qual deles requer uma atenção mais urgente? Qual deles reduzirá mais as lacunas ou beneficiará mais pessoas no município? Essas são decisões discricionárias, segundo especialistas, que levam em consideração outros cálculos, incluindo econômicos e políticos.

Há ainda outras considerações que podem dificultar a aplicação de uma regra geral. De acordo com Baca Tupayachi, o valor do *canon* que os municípios recebem deveria levar em conta fatores como localização, já que a implementação de iniciativas de água e saneamento pode ser complicada devido à complexidade geográfica da Amazônia.

Além das falhas governamentais apontadas por especialistas, há outro desafio: o desinteresse da população por um tema técnico que, paradoxalmente, ela mesma pressionou para colocar em pauta no passado.





Rosa Aranda (de azul), presidenta da comuna Moretecocha, percorre aldeias do povo Kichwa na Amazônia equatoriana para verificar se as promessas da petroleira estão sendo cumpridas.



EQUADOR

PETROLEIRAS APROVEITAM DISPUTAS ENTRE INDÍGENAS E OCUPAM PAPEL DE ESTADO ENQUANTO EXPLORAM TERRITÓRIOS NO EQUADOR

Nos últimos 30 anos, as três empresas que operaram o bloco 10, área de extração de petróleo na Amazônia equatoriana, adotaram estratégias para fragmentar as comunidades e torná-las dependentes de suas atividades. Mas líderes e organizações indígenas resistem a essa pressão.

POR ISABELA PONCE E EMILIA PAZ Y MIÑO FOTOS POR DIEGO LUCERO

SENTADA EM UM PEQUENO BARCO CINZA, Rosa Aranda molha os dedos das mãos na água do rio Villano, que se estende por 100 km na Amazônia equatoriana. Enquanto navega, ela traça a rota das aldeias que visitará nos próximos três dias: Piwiri, Kamunwi e Yutzuyaku.

Aranda, de 45 anos, preside Moretecocha, uma *comuna* (ou governo indígena) que reúne oito aldeias do povo Kichwa. Suas visitas têm um objetivo claro: fiscalizar se a Pluspetrol, petroleira ativa na região desde 2019, cumpre os acordos firmados com as comunidades.

Para a empresa, este é o bloco 10 – uma área delimitada oficialmente à prospeção e exploração de petróleo. Para Aranda, é simplesmente sua casa.

Ela parte de Paparawa, um porto no fim de uma estrada construída pela petroleira italiana Agip Oil – que operou o bloco por quase duas décadas até 2019 – e segue a bordo do barco cinza, um *peque-peque*, cujo nome imita o som rítmico de seu motor.

Em uma manhã quente, úmida e nublada de outubro de 2024, Aranda desembarca em Piwiri, aldeia da qual é presidente e onde vivem seus irmãos e outras famílias. A comunidade está na província amazônica de Pastaza e dentro do bloco 10, uma das 77 áreas reservadas à exploração de petróleo no Equador.

O país tem 16% de sua área concedida a petroleiras, segundo o Ministério de Minas e Energia. É ainda o país latino-americano com mais terras indígenas afetadas pela extração, segundo análise da reportagem. Quase metade dos 437 territórios com blocos concedidos está dentro de seus limites, resultando em uma sobreposição de 21 mil km².

O petróleo marca a história do Equador há mais de um século. O primeiro poço foi explorado na costa em 1911, mas foi apenas em 1972 que ele se consolidou como o pilar da economia nacional. Desde então, se mantém entre os principais produtos de exportação do país. Porém, junto com o desenvolvimento econômico, vieram impactos devastadores.

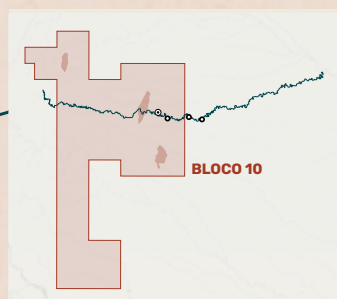
O caso Chevron é o mais emblemático, tanto pela magnitude dos danos quanto pela repercussão internacional do litígio. A empresa norte-americana, antes Texaco, despejou mais de 16 bilhões de galões de resíduos tóxicos no norte da Amazônia equatoriana ao longo de quatro décadas, até o início dos anos 1990.

Esse não foi um caso isolado, nem a única região afetada: entre 2012 e 2022, ocorreram 1.584 vazamentos de petróleo, principalmente devido à falta de manutenção dos oleodutos, segundo o Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica. Atualmente, ocorrem pelo menos dois derramamentos por semana no país.

Apesar desse histórico, os dois últimos governos, de Guillermo Lasso e Daniel Noboa, apresentaram planos para expandir a fronteira petrolífera. Mas as reservas disponíveis nos mais de sete mil poços produtivos são limitadas, alerta Fernando Santos Alvite, especialista em petróleo e ex-ministro de Energia e Minas no governo de Lasso. Segundo ele, estimativas indicam que restam dois bilhões de barris no país, suficientes para mais dez a 12 anos de exploração, podendo chegar a 15 ou 20 anos com a otimização da produção.

O PERCURSO DE ROSA ARANDA PELO RIO VILLANO

Trajeto às margens do rio passa por três aldeias Kichwa impactadas pela exploração petrolífera no bloco 10



FONTE ARAYARA, MME, GOOGLE MAPS

RIO VILLANO

PORTO DE PAPARAWA

Aranda sai de Paparawa, porto no fim de uma estrada construída pela Agip Oil, petroleira italiana que operou o bloco por quase duas décadas até 2019.

CAMPOS DE PRODUÇÃO

O campo Villano, o mais próximo das aldeias, é um dos três dentro do bloco 10. É aqui que a extração de petróleo é feita.

TRAJETO DE TRÊS DIAS DE ARANDA

ALDEIA PIWIRI

Primeira parada de Aranda, na aldeia de qual é presidente e onde vivem seus irmãos e outras famílias. Na província amazônica de Pastaza, Piwiri é uma das 77 áreas destinadas à exploração de petróleo na floresta tropical e na costa do Equador ao longo das últimas cinco décadas.

ALDEIA KAMUNWI

Aldeia próxima à fronteira do bloco 10. No local, alunos usam mochilas com logo de petroleira, enquanto a única professora enfrenta condições precárias para o ensino.

FRONTEIRA BLOCO 10

ALDEIA YUTZUYAKU

Destino final de Aranda. Comunidade recém-criada após divergências de famílias em acordos com petroleira.

O bloco 10 cobre 2 mil km² e tem uma produção diária de 8,1 mil barris de petróleo, de acordo com o Ministério de Energia e Minas. Dentro dessa concessão, há três campos petrolíferos, que somam 21 poços em operação, todos sob a gestão da Pluspetrol, cuja concessão se estende até o final de 2033. A empresa é propriedade da família Rey Rodríguez, uma das mais ricas da Argentina, mas tem sede na Holanda.

A Pluspetrol é a terceira petroleira a operar na região e a mais recente com quem Rosa Aranda e outras lideranças precisaram negociar. O bloco 10 foi concedido pela primeira vez em 1987 à empresa norte-americana Arco-Oriente. No ano seguinte, a companhia iniciou pesquisas no campo Villano para determinar a quantidade e o tipo de óleo daquele subsolo.

Por mais de 30 anos, a exploração do bloco 10 pela Arco-Oriente, Agip Oil e Pluspetrol desencadeou conflitos familiares e divisões entre as lideranças indígenas. Essas dinâmicas de poder e seus impactos, especialmente em uma região com acesso precário à saúde, educação e emprego, são tema de pesquisa de especialistas como Marisol Rodríguez.

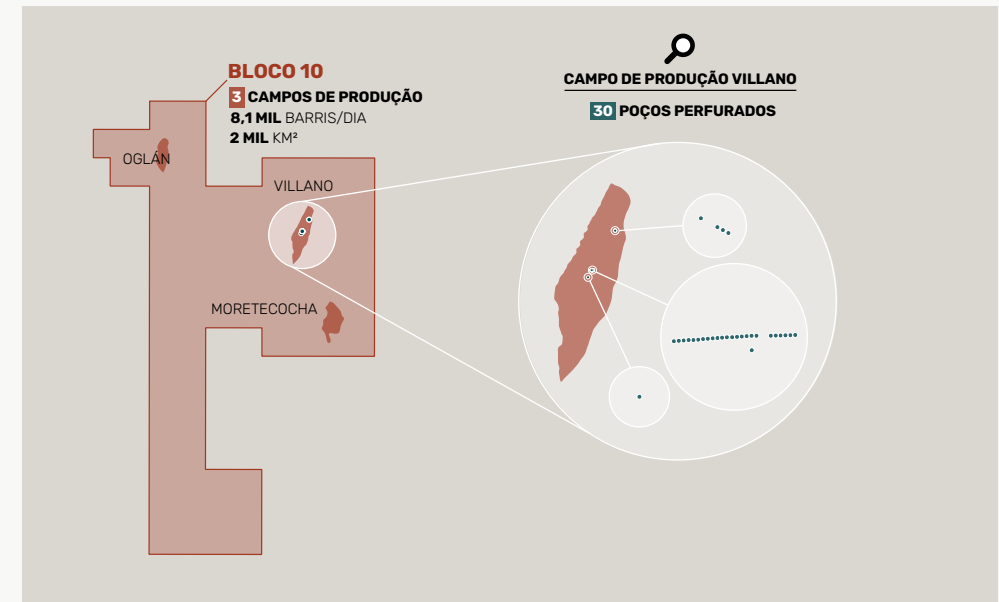
Rodríguez é mestre em antropologia pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) em Quito e estuda o bloco 10 há sete anos. Ela afirma que, quando a Arco-Oriente chegou à região, seus funcionários tentaram corromper lideranças indígenas, oferecendo-lhes um dinheiro que supostamente deveria beneficiar toda a comunidade. Para os mais resistentes, diz Rodríguez, a estratégia incluía viagens à cidade costeira de Guayaquil, um dos principais polos turísticos do Equador.

Foi assim que, segundo a pesquisadora, começou uma “ruptura do tecido social das comunidades de dentro para fora”.

Leonardo Viteri também conhece as práticas das petroleiras. Com quase 40 anos de atuação na área, ele liderou organizações indígenas e participou de negociações com as três empresas que operaram o bloco 10. Viteri lembra que a chegada da Arco-Oriente ocorreu “sem nenhum tipo de processo de consulta, sem nenhum tipo de acordo”.

Na época, a Arco-Oriente vinha perfurando poços exploratórios há apenas um ano, mas os conflitos com as comunidades já começaram a surgir. Um estudo da Flacso destacou que a disputa rapidamente ganhou contornos “muito políticos”, coincidindo com um período de crescente mobilização em defesa da floresta amazônica.

POÇOS PERFURADOS NO BLOCO 10



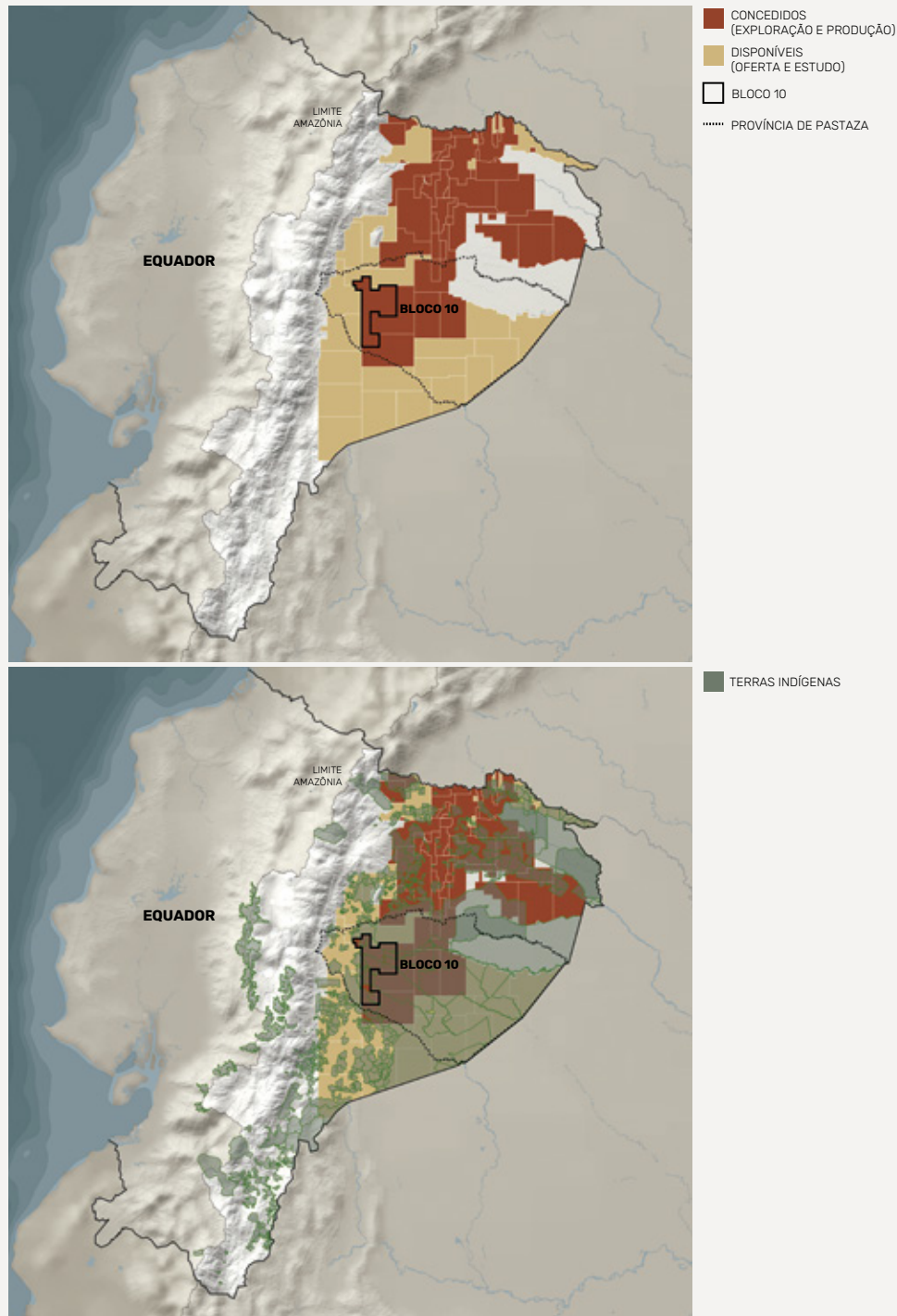
FONTE: MINISTÉRIO DE ENERGIA E MINAS DO EQUADOR, ARAYARA, RAISG, GOOGLE MAPS

O estudo detalha ainda problemas na província vizinha de Napo que cresciam junto com a produção petrolífera no local: o tratamento inadequado de resíduos tóxicos, a poluição sonora das explosões com dinamite, o aumento de doenças de pele, entre outros. As comunidades de Pastaza não queriam que a história se repetisse ali.

Por isso, em 1989, a extinta Organização dos Povos Indígenas de Pastaza (Opip) organizou um protesto contra a exploração petrolífera na região. A mobilização resultou em uma reunião entre indígenas, representantes da petroleira e do governo de Rodrigo Borja (1988-1992). As discussões se estenderam por oito dias e culminaram na assinatura dos Acordos de Sarayaku, primeira tentativa de impor limites à atividade nas terras do bloco 10.

Viteri afirma que o documento tinha quatro pontos principais: suspender as atividades exploratórias, regularizar os territórios, reparar danos ambientais e estabelecer um diálogo entre Estado, empresa e a etnia Kichwa de Pastaza. “Mas quando os representantes foram embora, o Estado não cumpriu [o acordo], e a empresa continuou a exploração”, lembrou.

BLOCOS DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA EQUATORIANA



FONTE ARAYARA, RAISG, MAPBOX, OPENSTREETMAP

Em 1990, um novo protesto foi organizado nos arredores da comunidade de Villano para tentar impedir que a Arco-Oriente continuasse operando. O local ficava próximo ao recém-instalado campo petrolífero de mesmo nome.

Segundo Viteri, cerca de 600 pessoas participaram de uma caminhada pacífica, mas se depararam com militares. Em seguida, descobriram que diversas lideranças haviam sido cooptadas pela empresa, assinando acordos que garantiam a continuidade da operação.

Antonio Vargas é um líder indígena histórico do Equador. Ex-presidente da Opip, ele lembra que, no início dos anos 1990, todos os Kichwa integravam a organização. Mas a chegada da Arco-Oriente provocou a saída de três aldeias. Essas comunidades passaram a negociar diretamente com a empresa, que oferecia serviços de educação e saúde.

Com uma voz baixa e pausada, Vargas resume o impacto daquele momento: foi assim que os Kichwa de Pastaza entraram na "era do petróleo".

Quase uma década depois, no final de 1999, a Arco-Oriente deixou o país, e no ano seguinte a Agip Oil assumiu o bloco 10. A nova operadora manteve estratégias semelhantes para dividir os indígenas e firmou contratos para melhorar o acesso à saúde com organizações que não eram reconhecidas pela Opip, segundo Vargas.

Entre elas estava a Associação de Desenvolvimento Indígena da Região Amazônica (Asodira), criada no início dos anos 2000 por moradores da região com um único propósito: atuar como intermediária legal para canalizar os recursos da petroleira às comunidades.

Ector Mayancha, um de seus fundadores, confirmou que o papel da associação era puramente administrativo. A Asodira foi dissolvida em 2009, quando as comunidades optaram por firmar acordos diretamente com a empresa.

As táticas adotadas pela Arco-Oriente e pela Agip Oil para lidar com as comunidades indígenas remontam a décadas. Para entender como essas negociações continuam acontecendo, Rosa Aranda investigou os acordos firmados com a Pluspetrol, atual operadora do bloco. Na aldeia de Piwiri, os indígenas dizem aguardar o repasse dos recursos prometidos pela petroleira para a construção de novos *peque-peques*, a manutenção da pista de pouso e a compra de materiais de construção.



Aranda gostaria que a petroleira deixasse o território, mas, por ora, sua luta é garantir que os acordos sejam cumpridos. Se novos poços forem abertos, ela exige que a empresa respeite a consulta prévia, livre e informada, garantida pela Constituição do Equador.

Na prática, isso significa que o Estado deve fornecer informações claras e consultar as comunidades antes de autorizar empreendimentos em suas terras. No entanto, segundo especialistas como a advogada Verónica Potes, essa prerrogativa raramente é respeitada.

PETROLEIRAS NO PAPEL DO ESTADO

O PEQUE-PEQUE que transporta Rosa Aranda agora navega sob um céu azul limpo, até as margens do rio Villano, cercado por árvores de um verde intenso. Foi ali que, poucos meses antes, surgira a comunidade de Yutzuyaku.

Os 21 fundadores do novo povoado viviam na aldeia vizinha de Lipuno. Marcelo Cuji explica que a mudança ocorreu porque o espaço já não era suficiente. Mas também porque seu irmão, Ricardo Cuji, presidente de Lipuno, negociava diretamente com a Pluspetrol e tomou decisões que prejudicaram sua família, incluindo seus oito filhos.

Marcelo conta que a Pluspetrol oferece aos indígenas empregos que consistem basicamente em capinar e remover obstáculos ao redor de um oleoduto. O presidente de cada comunidade indica os homens que vão trabalhar no campo petrolífero.

O processo funciona da seguinte forma: a companhia emprega moradores de povoados dentro do bloco, todos apontados pelos respectivos presidentes comunitários. Eles trabalham por 15 dias e, ao final, o grupo é substituído por pessoas de outras comunidades.

Marcelo afirma que seus filhos foram excluídos do rodízio pelo próprio irmão, o que impediu sua família de acessar essa fonte de renda. Ele toma um gole de chicha — tradicional bebida fermentada à base de mandioca — e diz que, além disso, o irmão começou a se distanciar da família, outro motivo que os levou a deixar Lipuno definitivamente.

Por telefone, Ricardo disse que Marcelo e sua família foram expulsos de Lipuno por “incitar divisões e provocar violência” e que comunicou a decisão à Pluspetrol. Acrescentou que hoje mantém uma boa relação com o irmão e espera que ele e sua família, com o apoio

da nova comunidade, busquem firmar acordos com a petroleira.

Agora, Gabriel, presidente da recém-fundada Yutzuyaku e filho de Marcelo, planeja se aproximar da Pluspetrol. Ele quer negociar um novo acordo e trazer empregos.

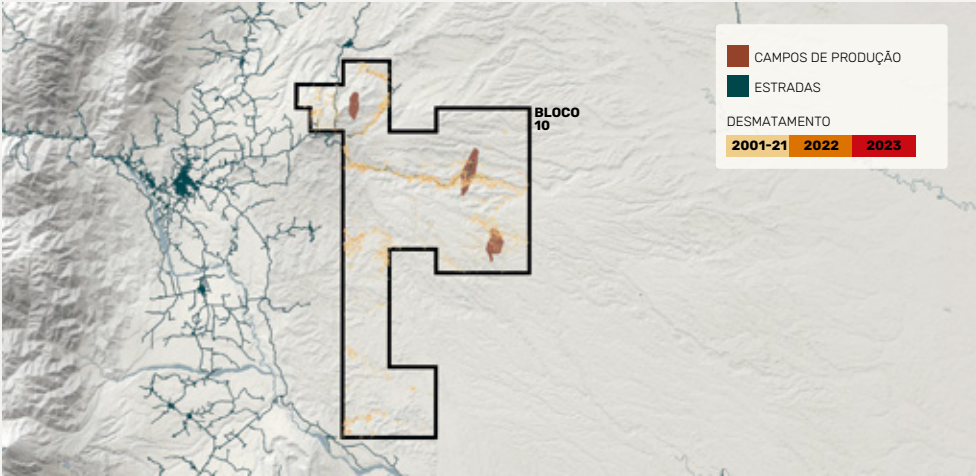
Aranda compartilha a chicha com Marcelo e o filho Gabriel. Como presidente de Moretecocha, ela diz que incluirá a nova comunidade à associação, que reúne oito aldeias, das quais sete já assinaram acordos com a petroleira.

A divisão entre famílias, provocada pelos conflitos envolvendo as petroleiras no bloco 10, é o foco da pesquisa de Guillaume Fontaine, professor de políticas públicas da Flacso. Ele diz ter havido denúncias de irregularidades na consulta prévia às comunidades do setor Villano Norte, o que acabou desencadeando conflitos entre elas.

Alexandra Almeida, da organização Acción Ecológica, também atuou junto às comunidades do bloco 10 e explica que os governos em exercício têm negligenciado as necessidades básicas das populações indígenas da Amazônia, como saúde, educação, moradia e saneamento. Assim, segundo Almeida, aquilo “que deveria ser responsabilidade do Estado” acaba sendo suprido por empresas.

Na escola da comunidade Piwiri, entre paredes de madeira gastas e rachadas, as carteiras amarelas de metal exibem o logo da Agip Oil. As mochilas, verdes ou azuis, carregam a marca da Pluspetrol, que forneceu ainda cadernos, canetas e lanches.

DESMATAMENTO NO BLOCO 10



FONTE: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DO EQUADOR, ARAYARA, GLOBAL FOREST CHANGE, MAPBOX, OPENSTREETMAP



Entre paredes rachadas e carteiras com logomarcas de petroleiras, crianças das comunidades indígenas Piwiri e Kamunwi estudam com mochilas, cadernos e lanches fornecidos pelas empresas.

O Ministério da Educação paga o salário de apenas um professor: Leonidas Vargas, da etnia Achuar, leciona para 16 alunos entre 13 e 20 anos e precisa cobrir disciplinas como matemática, espanhol, literatura, ciências naturais, estudos sociais e inglês.

Para atender a todos, as aulas seguem um rodízio: nas segundas e quartas-feiras, vão os alunos dos últimos anos do ensino fundamental; nas terças e quintas, os mais velhos; e, às sextas, todos participam de atividades de educação física, artes e revisão de conteúdo.

“As crianças que terminam a educação primária não têm facilidade para seguir os estudos”, diz Vargas. “Tenho alunos de 19 e 20 anos que não sabem ler nem identificam os números”.

Vargas afirma que os pais dos alunos pagam uma mensalidade de US\$ 5, mas se atrasam o pagamento, o colégio é temporariamente fechado. Segundo ele, isso ocorreu em 2024.

A comunidade de Kamunwi, localizada a 15 minutos de Piwiri de *peque-peque*, passa por situação semelhante. Irma Andy é a única professora. “Não tem como trabalhar”, lamenta.

O Ministério da Educação fornece livros, mas isso não supre todas as necessidades dos estudantes. Andy conta que, sempre que viaja à sua cidade natal, aproveita para imprimir, por conta própria, os materiais didáticos que utiliza.

Como única professora, ela divide a sala em três grupos e, assim como Leonidas, também leciona uma variedade de disciplinas, incluindo cultura estética, educação física, matemática, espanhol, literatura, ciências naturais, estudos sociais, quíchua e inglês.

Andy e outros membros da comunidade recebem Rosa Aranda no centro comunitário de Kamunwi, um espaço amplo e aberto, com pé-direito alto, coberto por folhas de palma seca, onde uma mesa e bancos de madeira reúnem os moradores.

Aranda cumprimenta a todos, faz piadas, alterna entre quíchua e espanhol, aceita a *chicha* que lhe oferecem e, em seguida, pergunta: há novidades sobre a petroleira? Receberam algo? Alguém os visitou recentemente?

O presidente da comunidade de Kamunwi, Camilo Tapui, responde que a Pluspetrol havia prometido enviar US\$ 10 mil para a construção de um *peque-peque*, além da compra de roupas e materiais de construção, mas que nenhum recurso havia chegado.

Enquanto isso, as crianças que passam ao lado do centro comunitário carregam mochilas estampadas com o logo da Pluspetrol.



Nessas comunidades, muitas vezes há apenas um banheiro, as escolas têm móveis desgastados, os empregos são escassos, e a economia é baseada na subsistência. Por isso, uma mochila nova, ali, não passa despercebida.

AGENTES DE SAÚDE A CARGO DE PETROLEIRAS

EM OUTRA VISITA, Rosa Aranda conheceu uma agente de saúde que, por questões de segurança, pediu para não ser identificada pela reportagem. Ela é funcionária da Hanaska, empresa terceirizada da Pluspetrol.

A agente de saúde tem conhecimentos básicos de enfermagem, mas sua principal função é visitar casas para falar de higiene e qualidade da água como forma de prevenir doenças – utilizando o material impresso enviado pela Hanaska.

A agente orienta as mães a lembrarem os filhos de lavar as mãos antes das refeições e de tomar banho. As crianças fazem isso usando a água não tratada de um córrego, distribuída por mangueiras. Há a opção de se banharem no rio, mas algumas mães relatam que, nos últimos anos, têm surgido “bolinhas” na pele das crianças, seguidas de manchas brancas que coçam. Elas atribuem o problema à contaminação causada pela atividade petrolífera.

No entanto, não há estudos suficientes para comprovar ou refutar essa relação. As manchas na pele da criança de uma dessas comunidades poderiam, por exemplo, ser resultado de infecções fúngicas causadas pelo clima quente e úmido.

Diariamente, a profissional atende a quem procura o posto de saúde, que tem apenas uma maca, uma mesa antiga e uma prateleira onde repousa uma máscara de oxigênio.

Assim como os outros 19 profissionais de saúde que atuam no bloco 10, ela não tem autorização do Ministério da Saúde para prescrever medicamentos. Seu trabalho se limita a fazer recomendações e, em grande parte do tempo, preencher formulários — todos estampados com a logomarca da Pluspetrol.

Se houver alguma emergência, ela liga para a Hanaska solicitando o encaminhamento do paciente ao centro de saúde mais próximo, que fica a uma hora de *peque-peque*. Se precisar de atendimento em um hospital mais estruturado, a viagem segue por mais duas

ou três horas de carro até Puyo, capital da província de Pastaza.

“Eu sempre digo: ‘É preciso se cuidar muito, porque estamos longe [do atendimento]’”, afirma a agente, que recebe o equivalente a um salário mínimo no Equador.

Outro funcionário que pediu para não ser identificado disse que auxilia moradores no manejo de resíduos sólidos, além de elaborar relatórios: a cada 15 dias, em uma reunião com a petroleira, eles falam sobre a percepção das comunidades em relação à empresa.

Questionada pela reportagem, a Pluspetrol informou que contrata, por meio de terceirizadas, 552 moradores das comunidades do bloco 10 para trabalhos rotativos. A petroleira também contrata empresas comunitárias. Para a manutenção e a limpeza da estrada Villano-Pandanuque foi escolhida a Asoyillano, formada por profissionais da comunidade Ilipi, na zona de influência do campo de Villano.

Doris Gualinga, ex-presidente da Asoyillano, afirma que 95% da equipe é composta por mulheres. Diariamente, elas limpam a vegetação com facões percorrendo uma estrada que atravessa as comunidades. Assim como os homens que atuam nos oleodutos, essas mulheres vivem nos povoados que firmaram acordos com a Pluspetrol.

Uma análise do projeto Até a Última Gota, com dados de cobertura florestal do Global Forest Change, da Universidade de Maryland, mostra que, no bloco 10, há um padrão de desmatamento ao longo das vias que levam aos campos de petróleo. Esse impacto foi particularmente evidente em 2022, quando 563 km² foram desmatados dentro do bloco. No total, o desmatamento dentro do bloco entre 2001 e 2023 foi de 3.622 km².

Rosa Aranda afirma ter tentado discutir os detalhes da relação de Doris Gualinga com a petroleira, mas que ela se recusa a falar sobre o assunto. Embora não queira trabalhar com as empresas associadas à Pluspetrol, Aranda critica a distribuição desigual de empregos nas comunidades, como no caso dos irmãos Cuji, onde as indicações seguem critérios que favorecem algumas famílias em detrimento de outras.

Aranda teve acesso a um documento de 2022 da diretoria de assuntos comunitários da Pluspetrol, no qual seu nome constava em uma lista de profissionais impedidos de participar de processos seletivos. Para ela, a medida é uma retaliação por seu trabalho na região.

Não seria a primeira vez que um Aranda enfrenta a retaliação de uma petroleira, segundo ela. Em 2018, um grupo de mulheres protestou em Quito pelo fim da exploração petrolífera na Amazônia equa-

toriana. Neste período, a Agip Oil operava o bloco 10. Participaram do protesto Salomé Aranda e Noemí Andy, respectivamente irmã e cunhada de Rosa.

Na época, Armando Aranda — marido de Noemí e irmão de Rosa — trabalhava como agente de saúde para uma empresa terceirizada da Agip Oil. Ele relatou que sofreu pressão para renunciar ao cargo devido ao envolvimento de sua família no protesto, mas se recusou a ceder. Em resposta, a empresa rescindiu o contrato de todos os profissionais de saúde do bloco 10, recontratando a maioria poucos dias depois. Armando, porém, ficou de fora.

Casos desse tipo levaram os indígenas a incluir cláusulas de proteção ao emprego nos acordos com as petroleiras. Segundo a Pluspetrol, foram firmados 17 contratos com 28 comunidades do campo Villano. Um deles, assinado com o povo Huito, estipula que pelo menos 70% da mão de obra contratada seja local.

Outro convênio, firmado em 2021 com a comuna Moretecocha, prioriza a contratação de profissionais locais para atuar nas áreas de saúde e manutenção. No entanto, Aranda ressalta a importância de uma fiscalização contínua para garantir seu cumprimento.

Em relação aos conflitos comunitários em torno do petróleo, a Pluspetrol afirmou à reportagem que respeita “a estrutura organizativa” e “a autonomia na escolha de líderes”. Também declarou que seus processos de contratação são “abertos e transparentes”, garantindo a participação de todos os moradores das áreas impactadas pelo campo Villano.

IMINENTE ABERTURA DE NOVOS CAMPOS

EM 2022, membros da extinta Opip criaram a Pakkiru, que hoje representa 16 comunas, povos e associações indígenas da etnia Kichwa de Pastaza. Luis Canelos, presidente da organização, quer unir as comunidades para resistir à exploração de petróleo.

Canelos reconhece que nem todas as comunidades integram a Pakkiru porque algumas apoiam a atividade petrolífera. Segundo ele, o impasse surge quando os indígenas perguntam o que a Pakkiru pode oferecer em troca do apoio contra a extração. “Não temos condições de suprir as necessidades não atendidas” pelo Estado, afirma Canelos.



Mulheres da comunidade se reúnem na casa comunal para conversar e comer, enquanto uma delas pinta Rosa Aranda, presidenta de Piwiri.



A Pakkiru não é a única afetada por divisões. Por décadas, a Associação de Comunidades Indígenas de Arajuno (ACIA) esteve unida contra a presença de petroleiras em seu território, também no bloco 10. Em 2023, a ACIA foi substituída pela AKAT, que agora representa 27 comunidades próximas a Oglán, um campo inativo desse bloco.

Diana Tanguila é esposa de Canelos e presidiu a AKAT entre 2021 e 2023, período em que disse ter sido pressionada a assinar um acordo com a Pluspetrol — algo que ela resistiu a fazer. Logo após sua saída, seu sucessor, Patricio Vargas, firmou o contrato. Ele foi contatado pelo menos dez vezes para esta reportagem, mas não concedeu entrevista.

Tanguila afirma que, hoje, a maioria dos membros da AKAT vê a reabertura do campo de Oglán como a melhor alternativa para as comunidades. Segundo ela, se uma consulta prévia for realizada, a proposta provavelmente será aceita.

Oglán, no entanto, não é o único campo que pode ser explorado nos próximos anos na Amazônia equatoriana. O governo do presidente Daniel Noboa demonstra interesse em lançar uma nova rodada de licitações para o setor. O movimento de expansão petrolífera no Equador prevê a abertura de novas áreas no sudeste da Amazônia, como anunciou María Cristina Mogollón, então vice-ministra de Energia e Minas, em outubro de 2024.

A Pluspetrol planeja ainda ativar o campo Siccha no bloco 10. Segundo o estudo de impacto ambiental da área, a fase de construção poderia causar impactos severos, como a alteração da paisagem, compactação do solo, aumento do barulho e da turbidez das águas próximas. Os impactos moderados incluem a piora da qualidade do ar e o aumento da erosão do solo.

O estudo também identificou conflitos entre membros de duas comunidades. Segundo o documento, houve “fragmentação da estrutura organizacional comunitária e das organizações sociais, provocadas pelas divergências de opinião da população em relação às atividades realizadas nas localidades da área de influência do projeto”.

Desde 1967, quando a antiga Texaco perfurou o primeiro poço comercial na Amazônia equatoriana, as petroleiras tendem a ignorar a exploração sustentável e a autonomia das comunidades, afirma Leonardo Viteri. As estratégias empresariais, segundo ele, buscaram manter as populações dependentes, oferecendo-lhes benefícios de curto prazo.

Quando o petróleo acabar, diz Viteri, “a população ficará sem al-

ternativa”. O risco é que a exploração continue destruindo as florestas, afetando a caça e a pesca e levando as comunidades a um estado ainda mais grave de pobreza.

Rosa Aranda se recusa a aceitar esse destino. Um dia após visitar as comunidades, ela se instalou em um pequeno escritório improvisado dentro de uma casa antiga na cidade amazônica de Shell — batizada em homenagem à petroleira anglo-holandesa que chegou ao Equador nos anos 1930.

Diante de uma longa lista de tarefas, ela organizou suas prioridades: cobrar o dinheiro que a petroleira deve a Kamunwi, buscar formas de incluir Yutzuyaku no acordo e se preparar para a viagem a Cali, onde participaria da COP16 de biodiversidade, realizada no final daquele mês de outubro — além de outras demandas que parecem não ter fim.



Reportagem publicada em 23 de abril de 2025













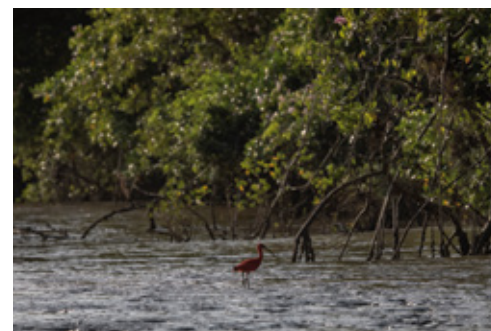














FOTOS

PÁGINAS 116/117 Vistas aéreas da floresta amazônica no território indígena Mainstay/Whyaka, Guiana. Victor Moriyama

PÁGINAS 118/119 Pescadores abastecem seus barcos em posto da Petrobras às margens do rio Oiapoque, no Amapá, Brasil. Victor Moriyama

PÁGINAS 120/121 Vistas do porto de Mazán e do rio Napo em Loreto, Peru. Marco Garro

PÁGINAS 122/123 Pescadores descarregam peixes em porto de Calçoene, Amapá, Brasil. Victor Moriyama

PÁGINA 124 Cenas do cotidiano no popular Stabroek Market em Georgetown, Guyana. Victor Moriyama

O pescador Amran Samad na comunidade pesqueira Hope Beach, próxima a Georgetown. Guiana. Victor Moriyama

PÁGINA 125 Trabalhadores em barraca de peixe no Bourda Market em Georgetown, Guyana. Victor Moriyama

PÁGINAS 126/127 Moradores de Macapá jogam futebol em mangue às margens do rio Amazonas, Brasil. Victor Moriyama

Banhistas em rio da cidade de Calçoene, Amapá, Brasil. Victor Moriyama

PÁGINAS 128/129 Jovens brincam no rio Napo, no porto de Mazán, em Loreto, Peru. Marco Garro

PÁGINA 130 O pescador Fabio Junior de Souza Vieira se banha durante trajeto marítimo em sua embarcação. Amapá, Brasil. Victor Moriyama

PÁGINA 131 Pescador pinta embarcação em Sucuriju, comunidade que pode ser a primeira atingida em caso de vazamento de petróleo. Amapá, Brasil. Victor Moriyama

PÁGINA 132 Vegetação na maré baixa em Macapá. Brasil. Victor Moriyama

PÁGINA 133 Construção de casas em área de invasão em reserva ambiental próxima ao aeroporto de Oiapoque, Brasil. Victor Moriyama

Vista com tanques de combustível enferrujados abandonados em Sucuriju, Brasil. Victor Moriyama

PÁGINA 134 Cenas da visita de Rosa Aranda às comunidades Kichwa de Pastaza, Equador. Diego Lucero

Grupo de pessoas espera por barco no porto de Paparawa, Equador. Diego Lucero

PÁGINA 135 Uma família indígena viaja em um *peque-peque* pelo rio Villano, que abriga dezenas de comunidades Kichwa em suas margens. Equador. Diego Lucero

PÁGINA 136 Pássaros sanhaço da Amazônia e socó em Georgetown. Tucano na Terra Indígena Mainstay/Whyaka. Guyana. Victor Moriyama

PÁGINA 137 Vista aérea de Mazán, em frente ao rio Napo. Peru. Marco Garro

PÁGINAS 138/139 Vida no mangue amazônico: pássaro guará, peixe tralhoto e raízes aéreas que caracterizam o ecossistema. Guyana. Victor Moriyama

PÁGINA 140 Navio petroleiro Anrietta descarrega produtos derivados de petróleo em Georgetown, Guyana. Victor Moriyama

PÁGINA 141 Estação de depósito de petróleo e trabalhadores da construção civil em terminal portuário de Georgetown, Guyana. Victor Moriyama

AGRADECIMENTOS

AGRADECEMOS PROFUNDAMENTE os esforços que tornaram possível esta investigação transfronteiriça em uma região tão complexa quanto a Amazônia — para além do trabalho dedicado das equipes dos veículos que integram o projeto Até a Última Gota.

Nosso reconhecimento especial vai à Fundación Avina, cujo apoio foi essencial para viabilizar o início da investigação e que esteve ao nosso lado ao longo de todo o processo. Destacamos ainda a contribuição indispensável do Instituto Internacional Arayara, fornecendo dados e análises valiosas que enriqueceram significativamente esta apuração.

Agradecemos também às equipes do Monitor Global de Energia, Environmental Investigative Forum, SkyTruth Flaring e da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg), que compartilharam generosamente suas bases de dados, metodologias e ofereceram suporte técnico para as análises.

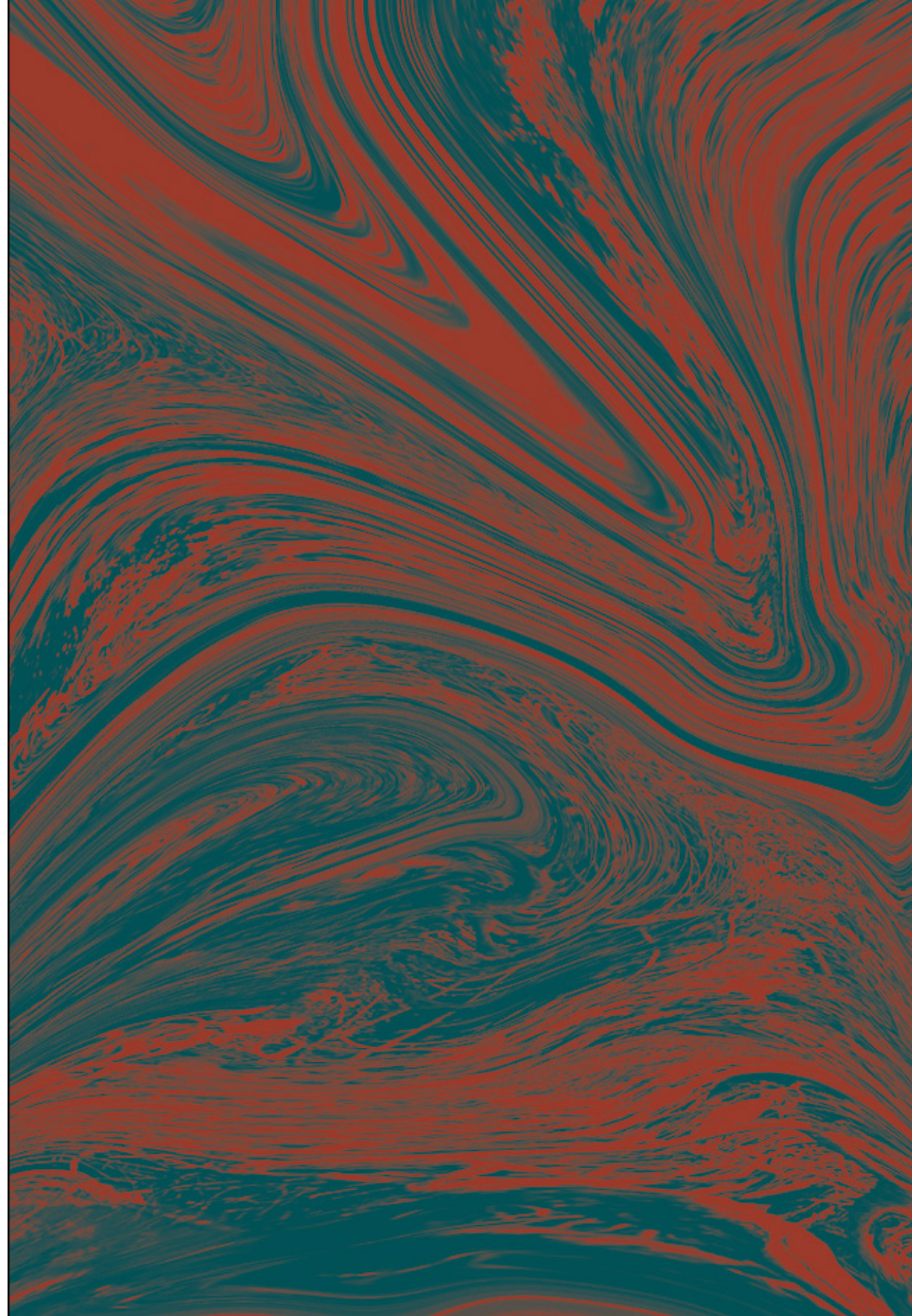
Reconhecemos ainda o trabalho de diversos especialistas que dedicam seu conhecimento ao estudo dos impactos da exploração petrolífera na Amazônia. E somos especialmente gratos às comunidades amazônicas que acolheram as equipes de reportagem, compartilhando tempo, histórias e experiências fundamentais para a compreensão de como esses impactos se traduzem na vida cotidiana.

Por fim, nosso agradecimento especial ao Accountability Accelerator, parte da Global Commons Alliance, cujo apoio tornou este trabalho possível. E ao Instituto Serrapilheira, que contribuiu com a reportagem da Guiana por meio do apoio contínuo à Unidade de Geojornalismo InfoAmazonia.

ACESSE AS REPORTAGENS
E OS CONTEÚDOS INTERATIVOS DO PROJETO



INFOAMAZONIA.ORG/ATE-A-ULTIMA-GOTA



CINCO DÉCADAS DE DANOS NÃO FORAM SUFICIENTES. UMA NOVA CORRIDA POR PETRÓLEO SE DESENHA NA AMAZÔNIA.

Quase um quinto das descobertas recentes de petróleo e gás natural no mundo está concentrado na região, consolidando a maior floresta tropical do planeta como uma nova fronteira global para a indústria fóssil.

Diante do crescente interesse por esses recursos e da pressão do governo brasileiro para explorar petróleo na foz do rio Amazonas, nasceu o projeto jornalístico Até a Última Gota: uma investigação transfronteiriça e multidisciplinar que percorreu a Amazônia para entender os impactos — passados, presentes e futuros — da exploração petrolífera em um dos ecossistemas mais estratégicos para a humanidade.

Combinando o trabalho de jornalistas, fotógrafos, analistas de dados, designers e cientistas, o projeto investigou extensas bases de dados, examinou documentos inéditos de governos e empresas, realizou dezenas de entrevistas e reportagens de campo em cinco países que concentram mais de 80% do bioma: Brasil, Colômbia, Equador, Guiana e Peru.

Este livro, que reúne a série de reportagens especiais do projeto, mostra como a expansão da atividade petrolífera transforma ecossistemas, afeta populações locais e altera dinâmicas políticas em escala transnacional.

UMA ALIANÇA

INFOAMAZONIA | GK | OJO PÚBLICO | RUTAS DEL CONFLICTO



REALIZAÇÃO

INFOAMAZONIA

PARCERIA

Avina Fundación

APOIO

